



Universidade de Brasília

Faculdade de Comunicação

Curso: Comunicação Social - Comunicação Organizacional

Orientador: Prof. Dr. Fábio Henrique Pereira

Enquadramentos do Jornal Nacional sobre a greve dos professores universitários em 2012

Adalberto Nunes da Silva Júnior

Brasília/DF

Dezembro de 2013



Universidade de Brasília

Faculdade de Comunicação

Curso: Comunicação Social - Comunicação Organizacional

Orientador: Prof. Dr. Fábio Henrique Pereira

Enquadramentos do Jornal Nacional sobre a greve dos professores universitários em 2012

Adalberto Nunes da Silva Júnior

Monografia apresentada ao Curso de Comunicação Organizacional, da Faculdade de Comunicação da Universidade de Brasília, como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel em Comunicação, sob orientação do Professor Doutor Fábio Henrique Pereira.

Brasília/DF

Dezembro de 2013



Universidade de Brasília

Faculdade de Comunicação

Curso: Comunicação Social - Comunicação Organizacional

Membros da Banca Examinadora

Prof. Dr. Fábio Henrique Pereira
Orientador

Prof. Dra. Liziane Soares Guazina
Membro

Prof. Dra. Liliane Maria Macedo Machado
Membro

Prof. Dr. Samuel Pantoja Lima
Membro Suplente

RESUMO

O presente estudo busca analisar a cobertura jornalística do *Jornal Nacional* sobre a greve dos professores das Instituições Federais de Ensino no ano de 2012. A partir da análise de conteúdo e do modelo de controvérsias interpretativas das notícias veiculadas pelo telejornal da Rede Globo durante 17 de maio a 17 de setembro de 2012, a pesquisa centra-se na proposta de identificar os enquadramentos dominantes sobre o movimento grevista dos professores universitários. Constatou-se que o *Jornal Nacional* apresentou uma cobertura que, de modo geral, privilegiou os estudantes como fonte nas reportagens, salientando os prejuízos dos alunos decorrentes da paralisação das aulas.

Palavras-chave: Enquadramento, Greve, Jornal Nacional, Educação Superior.

ABSTRACT

The present study aims to analyze a journalistic coverage of *Jornal Nacional* about the strike of the professors of the Federal Higher Education Institutions in 2012. From the content analysis and interpretive controversies model of news broadcasted by Rede Globo during May 17 to September 17, 2012, the research focuses on the proposal to identify the dominant frameworks on the strike of university professors .

It was found that the *Jornal Nacional* had a coverage that generally favored the students as a source in the reports, stressing the losses of the students arising from the stoppage of classes.

Keywords: Framing, Strike, Jornal Nacional, Brazilian Broadcast journalism, Higher Education

LISTA DE QUADROS

- Quadro I - Evolução da Matrícula por Dependência Administrativa (1988-1998)
- Quadro II - Tipos de matérias
- Quadro III - Proporção de matérias em relação ao total de edições
- Quadro IV - Duração das matérias da greve dos docentes
- Quadro V - Fontes utilizadas nas matérias
- Quadro VI - Classificação das notícias do *Jornal Nacional* segundo o enquadramento
- Quadro VII - Duração das notícias segundo o enquadramento
- Quadro VIII - Classificação das principais sonoras segundo o enquadramento

LISTA DE GRÁFICOS

- Gráfico I - Evolução da cobertura mensalmente

LISTA DE SÍMBOLOS

(identificação de tempo de matérias)

' corresponde a minuto ao acompanhar um número arábico

" corresponde a segundo ao acompanhar um número arábico

SUMÁRIO

- **Introdução**
- **Capítulo 01. Panorama da Educação Superior no Brasil**
 - 1.1 Dos primeiros cursos à redemocratização
 - 1.2 Educação Superior no Governo FHC (1995 - 2002)
 - 1.2 Educação Superior nos Governos Lula (2003 - 2010) e Dilma (2011 - 2013)
- **Capítulo 02. Referencial Teórico**
 - 2.1 A notícia como construção - A teoria etnoconstrucionista
 - 2.2 A relação entre jornalistas e fontes
 - 2.3 Enquadramento
- **Capítulo 03. Metodologia**
 - 3.1 Análise de conteúdo
 - 3.2 Cenário de pesquisa
 - 3.3 Construção do *corpus*
- **Capítulo 04. Análise dos resultados**
 - 4.1 Plano geral
 - 4.2 Análise de enquadramentos
 - 4.2.1 Enquadramento episódico
 - 4.2.2 Enquadramento restrito
 - 4.2.3 Enquadramento plural-fechado
 - 4.2.4 Enquadramento plural-aberto
- **Capítulo 05. Considerações finais**
- **Referências**
- **Anexos**

Introdução

O ano de 2012 foi um marco para os servidores públicos e os sindicatos que os representam. Greves em diversos segmentos do setor público eclodiram pelo país. Na pauta das reivindicações, estavam reajustes salariais, a reestruturação de planos de carreira e melhores condições de trabalho. Entre os servidores públicos que entraram em greve, destaca-se, neste trabalho, os professores das Instituições Federais de Ensino que foram uma das primeiras categorias a paralisar as atividades.

Os docentes protagonizaram uma das maiores greves da história da carreira de magistério superior. A paralisação durou 124 dias num período compreendido entre 17 de maio a 17 de setembro de 2012 e alcançou quase a totalidade das Instituições de Ensino Superior.

A greve dos professores universitários foi pauta nos meios de comunicação, entre os quais o telejornal da Rede Globo, *Jornal Nacional*, escolhido como objeto de análise neste trabalho. A pergunta norteadora da monografia é: “Como o *Jornal Nacional* enquadrou a greve dos docentes da rede federal no ano de 2012?”. Assim, o objeto de estudo deste trabalho consiste nas notícias veiculadas pelo *Jornal Nacional* acerca da greve em 2012.

O objetivo geral da pesquisa é analisar a cobertura jornalística do *Jornal Nacional* sobre a greve dos professores das Instituições Federais de Ensino, durante o ano de 2012, no intuito de identificar os enquadramentos dominantes nas notícias, a partir da perspectiva teórica etnoconstrucionista e do modelo de controvérsias interpretativas desenvolvido por Porto (2007). Outros objetivos secundários são: 1) mapear as fontes utilizadas nas reportagens; 2) compreender o papel das fontes na construção dos enquadramentos; e 3) comparar os espaços atribuídos a cada

enquadramento na cobertura da greve.

O motivo pelo qual este trabalho foi desenvolvido fundamenta-se, primeiramente, na capacidade de trazer à tona o modo como um dos principais telejornais brasileiros, o *Jornal Nacional*, enquadró o movimento grevista dos professores universitários em 2012 para sua audiência. Tendo em vista que os meios de comunicação contribuem para influenciar o modo de apreensão dos indivíduos acerca da realidade social, é necessário analisar os enquadramentos da mídia acerca da greve, a fim de entender o imaginário público referente aos grevistas e à própria greve.

O tema de pesquisa também emerge de inquietações próprias deste pesquisador, o qual também é servidor público federal e vê-se intrigado com as representações jornalísticas acerca dos movimentos grevistas da categoria.

No Capítulo 1, mostra-se um breve histórico de como tem se desenvolvido as políticas de educação superior no Brasil, desde o seu surgimento até os dias atuais. No Capítulo 2, será apresentado o referencial teórico da pesquisa, que fundamenta-se na perspectiva etnoconstrucionista dos estudos sobre jornalismo e no conceito de enquadramento. No Capítulo 3, expõem-se os percursos metodológicos trilhados no estudo. No Capítulo 4, são apresentadas as análises dos resultados com seus respectivos comentários. Por último, discutem-se as conclusões obtidas por intermédio dos resultados alcançados.

CAPÍTULO 01 - Panorama da Educação Superior no Brasil¹

1.1 Dos primeiros cursos à redemocratização

No Brasil, o desenvolvimento do sistema de educação superior distingue-se de outros países latinoamericanos. De acordo com Oliven (2002, p.24), "desde o século XVI, os espanhóis fundaram universidades em suas possessões na América, as quais eram instituições religiosas, que recebiam a autorização do Sumo Pontífice, através de Bula Papal". Entretanto, o Brasil implantou suas primeiras instituições de ensino superior apenas no século XIX, isto é, praticamente três séculos depois da chegada dos portugueses.

Durante o Brasil Colônia, o ensino formal estava sob a responsabilidade dos jesuítas, que tinham como objetivo a catequização dos indígenas, a formação do clero e a educação da elite colonizadora. Estes últimos, após o aprendizado junto aos jesuítas, deslocavam-se para a Metrópole - no caso, Portugal -, visando prosseguir com a graduação na Universidade de Coimbra, a qual abrigava e formava os filhos das elites que nasciam nas colônias portuguesas.

A chegada da família real portuguesa ao Brasil, em 1808, viabilizou a criação dos primeiros cursos superiores voltados à formação profissional dos jovens das classes dominantes, haja vista que eles foram impedidos de cursar as universidades europeias devido ao bloqueio continental imposto pelo imperador francês Napoleão Bonaparte (CAON, FRIZZO, 2011, p.2). Segundo Fávero (2006, p.20), "nesse contexto, é criado, por Decreto de 18 de fevereiro de 1808, o Curso Médico de

¹ Este capítulo tem por base Oliven, A. C. Histórico da educação superior no Brasil. In: SOARES, M. S. A. (Org.). **A educação superior no Brasil**. Brasília: CAPES, 2002, p.24-37.

Cirurgia na Bahia e, em 5 de novembro do mesmo ano, é instituída, no Hospital Militar do Rio de Janeiro, uma Escola Anatômica, Cirúrgica e Médica". Assim, as primeiras faculdades surgem lentamente nos principais pólos do território - Salvador, Rio de Janeiro, Olinda, São Paulo, Ouro Preto - e destinadas à formação em cursos como Medicina, Direito e Engenharia.

No período imperial, foram apresentadas diversas propostas de criação de uma universidade no Brasil, porém nenhuma se concretizou. Somente em 1920, na República Velha, foi criada a primeira universidade brasileira, a Universidade do Rio de Janeiro, hoje conhecida como Universidade Federal do Rio de Janeiro, formada pela união de várias instituições de ensino superior já existentes na época. Porém ainda possuía os traços do sistema educacional vigente: "era mais voltada ao ensino do que à pesquisa, elitista, conservando a orientação profissional dos seus cursos e a autonomia das faculdades" (OLIVEN, 2002, p.26).

Com o governo do presidente Getúlio Vargas (1930-45), criou-se o Ministério de Educação e Saúde, que estabeleceu as bases da educação superior no país por intermédio do Estatuto das Universidades Brasileiras, promulgado em 1931. Segundo Oliven (2002, p.31),

Durante a Nova República, foram criadas 22 universidades federais, constituindo-se o sistema de universidades públicas federais. Cada unidade da federação passou a contar em suas respectivas capitais, com uma universidade pública federal. Durante esse mesmo período, foram, também, criadas 9 universidades religiosas, 8 católicas e 1 presbiteriana. Concomitantemente a esse processo de integração, ocorreu uma expressiva expansão das matrículas acentuando-se, com isso, a mobilização dos universitários, que tiveram, na criação da UNE (União Nacional dos Estudantes), em 1938, um elemento importante para a sua organização.

Entre as universidades criadas nesse período, destacam-se a Universidade de São Paulo em 1934 e a Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro em 1946, primeira universidade católica do Brasil.

Com a transferência da capital do país para Brasília, o presidente da República João Goulart sancionou a Lei nº 3.998, que instituiu a Fundação Universidade de Brasília. Porém a universidade foi inaugurada apenas no ano seguinte, em 21 de abril de 1962. Segundo Oliven (2002, p.32-33), “essa foi a primeira universidade brasileira que não foi criada a partir da aglutinação de faculdades pré-existentes; sua estrutura era integrada, flexível e moderna e contrapunha-se à universidade segmentada em cursos profissionalizantes”. A Universidade de Brasília foi organizada na forma de fundação, e as cátedras deram lugar aos departamentos.

Após a instauração do regime militar, as universidades sofreram uma ingerência direta em suas atividades por parte do Governo Federal. Nesse período, professores foram afastados das salas de aulas e órgãos de vigilância eram implantados dentro das instituições superiores no intuito de reprimir qualquer atividade subversiva de professores e de alunos.

Em 1968, foi aprovada no Congresso Nacional a denominada Lei da Reforma Universitária, a Lei nº 5.540, a qual estabeleceu as normas de organização e funcionamento do ensino superior. Entre as normas, a extensão progressiva do regime de dedicação exclusiva aos docentes e o estabelecimento de programas de aperfeiçoamento estavam prescritas para as instituições de ensino, o que possibilitou a profissionalização dos professores universitários e lançou as bases para o desenvolvimento das atividades científicas e de pós-graduação.

Além da forte ingerência nas universidades, outro fator a ser considerado quando se observa a política de educação desenvolvida durante a ditadura militar é a expansão do setor privado na educação superior. Apesar do aumento do número das instituições públicas nas décadas anteriores, as vagas não supriam a carência cada vez maior de novos estudantes, que buscavam uma formação profissional para atender as exigências do crescimento econômico e da forte urbanização brasileira. Oliven afirma que:

Como a pressão pelo aumento de vagas tornava-se cada vez mais forte, logo após 1968, ocorreu uma expansão do setor privado, que criou inúmeras faculdades isoladas, nas regiões onde havia maior demanda, ou seja, na periferia das grandes metrópoles e nas cidades de porte médio do interior dos estados mais desenvolvidos. Essa expansão do sistema ocorreu com a aquiescência do governo e, no ano de 1980, mais da metade dos alunos de terceiro grau estava matriculada em estabelecimentos isolados de ensino superior, sendo 86% em faculdades privadas (OLIVEN, 2002, p.34).

No início dos anos 80, o país já possuía 65 universidades, sendo 45 públicas e 20 privadas, e o número de estabelecimentos de ensino isolados ultrapassava 800 (OLIVEN, 2002, p.34; SILVA, 2001, p.270). Entretanto, a crise econômica da década de 80 trouxe consequências para o ensino superior. Os altos índices de inflação, o crescimento da dívida externa, o controle das despesas públicas, entre outros fatores, levaram a uma queda nas inscrições dos vestibulares e a um crescimento ínfimo das instituições de ensino, prejudicando principalmente o segmento privado que sofreu uma estagnação no número de matrículas no período (SILVA, 2001, p.272; DURHAM, SAMPAIO, 2000, p.25).

Ainda naquela década, é criada, em 19 de fevereiro de 1981, a Associação Nacional de Docentes, órgão de representação dos professores universitários tanto de instituições públicas como privadas. Em 1988, com o direito de sindicalização dos trabalhadores do setor público garantido na Constituição Brasileira, tornou-se em

Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior com a denominação de ANDES – Sindicato Nacional (SOARES, 2002, p.172).

Com a promulgação da Constituição Federal de 1988, estabeleceu-se alguns dos princípios norteadores do ensino superior no país: a gratuidade do ensino público, a autonomia das universidades e a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão (SILVA, 2001, p.274). Também garantiu-se a inclusão da carreira dos docentes federais no Regime Jurídico Único, possibilitando o pagamento igualitário entre os servidores para as mesmas funções em todo o Brasil.

1.2 Educação Superior no Governo FHC (1995 - 2002)

Na década de 1990, o ensino superior retomou a expansão, evidenciada principalmente no setor privado, conforme o quadro abaixo (Quadro I).

Quadro I - Evolução da Matrícula por Dependência Administrativa (1988-1998)

Ano	Total	Federal	Estadual	Municipal	Privada
1988	1.503.555	317.831	190.736	76.784	918.204
1989	1.518.904	315.283	193.697	75.434	934.490
1990	1.540.080	308.867	194.417	75.341	961.455
1991	1.565.056	320.135	202.315	83.286	959.320
1992	1.535.788	325.884	210.133	93.645	906.126
1993	1.594.668	344.387	216.535	92.594	941.152
1994	1.661.034	363.543	231.936	94.971	970.584
1995	1.759.703	367.531	239.215	93.794	1.059.163
1996	1.868.529	388.987	243.101	103.339	1.133.102
1997	1.945.615	395.833	253.678	109.671	1.186.433
1998	2.125.958	408.640	274.934	121.155	1.321.229

Fonte: INEP (1999)

De acordo com o Quadro I, verifica-se que o número de matrículas cresceu mais de 41% em 10 anos, sendo que, em 1998, 62% das matrículas pertenciam à rede privada de ensino.

Além do aumento das matrículas, também houve uma expansão no número de instituições de ensino superior (IES). Entre 1988 e 1998, as IES privadas cresceram de 638 para 764 estabelecimentos, enquanto a rede federal aumentou apenas 3 novas unidades, passando de 54 para 57 (INEP, 1999).

A expansão do setor aconteceu durante os dois mandatos consecutivos do presidente da República Fernando Henrique Cardoso (FHC), compreendidos nos anos de 1995 a 2002. A área da educação foi dirigida pelo economista Paulo Renato Souza, nomeado ministro da Educação e ocupante do cargo durante os dois mandatos do presidente.

Segundo Cunha (2003, p.38), a proposta do governo para a educação tinha como característica marcante "o destaque para o papel econômico da educação". Consistia em estabelecer parcerias entre universidades e setor privado, visando a uma cooperação tanto na gestão quanto no financiamento do sistema educacional brasileiro (CUNHA, 2003, p.39). A proposta se alinhava aos interesses neoliberais do Banco Mundial, o qual exerceu forte influência no âmbito da política educacional durante o governo FHC (CARVALHO, 2006, p.2). Em relação à rede federal de ensino, criticava-se a ineficiência da universidade pública e sua inadequação ao mercado de trabalho, bem como os altos gastos despendidos na manutenção (CARVALHO, 2006; CUNHA, 2003, p.39).

O principal marco normativo é a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. O texto garante, entre outras normas, "a coexistência entre instituições públicas e privadas de ensino e a manutenção da gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais" (CARVALHO, 2006, p.4).

Em relação à educação superior, a LDB assegura a competência da União em garantir os recursos suficientes para manutenção e desenvolvimento das instituições federais de ensino e estabelece a presença de 70% dos docentes nos assentos dos órgãos colegiados. Além disso, obriga uma carga mínima de oito horas semanais de aula para os professores das instituições públicas de educação superior.

Entretanto, a política educacional empreendida pelo governo FHC refletiu-se em um sucateamento dos estabelecimentos públicos de ensino e em uma evasão do corpo docente e de funcionários, devido à redução dos orçamentos e à compressão dos salários (CARVALHO, 2006; CUNHA, 2003). Agravou-se a situação com o aumento de matrículas advindas da abertura de turmas no período noturno e do aumento de alunos sem a devida reposição do quadro funcional (CARVALHO, 2006, p.4).

De acordo com Cunha (2003), em face da escassez de recursos nas IES federais, a privatização do ensino superior acelerou durante o período.

O número de instituições privadas aumentou consideravelmente, em especial na categoria universidades e na dos centros universitários, o que resultou na ampliação do alunado abrangido pelo setor. Tal crescimento fez-se com a complacência governamental diante da qualidade insuficiente do ensino ministrado nas instituições privadas e até mesmo com o benefício do credenciamento acadêmico e do crédito financeiro. (CUNHA, 2003, p.58)

Ao término do Governo FHC no ano de 2002, o número de IES privadas alcançava 1.442 e, as matrículas somavam 2.428.258, representando quase 70% do total de alunos (INEP, 2003).

1.3 Educação Superior nos Governos Lula (2003 - 2010) e Dilma (2011 - 2013)

Em 2002, o candidato Luiz Inácio Lula da Silva venceu as eleições e tornou-se o presidente da República durante o período de 2003 a 2006 e, depois, reeleito em 2006, governando o país entre 2007 a 2010.

O governo Lula deu continuidade ao processo de privatização da educação superior (LIMA, PRADO, VIEIRA, 2011, p.7). Segundo o Censo da Educação Superior de 2010, produzido pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), entre os anos de 2003 a 2010, o número de IES privadas avançou de 1.652 para 2.100 unidades de ensino, representando quase 90% do total de IES no Brasil. Em relação ao número de matrículas, em 2003, as IES privadas detinham 2.760.759 alunos, enquanto o setor público tinha 1.176.174. Em 2010, o setor privado respondeu por 4.736.001 do total de 6.379.299, o que significa um aumento de 58% em 8 anos, sendo responsável por 74% das matrículas na educação superior naquele ano.

Uma das razões para a expansão do segmento privado atribui-se à continuidade da política de financiamento por intermédio do Fundo de Financiamento Estudantil (FIES) e à implantação do Programa Universidade para Todos (ProUni), criado em 2004 e institucionalizado pela Lei nº 11.096/2005. O ProUni tem por objetivo a concessão de bolsas de estudos integrais e parciais a estudantes de baixa renda em cursos de graduação e sequenciais de formação específica nas instituições privadas de educação superior, oferecendo em contrapartida a isenção de tributos às entidades participantes. Desde sua criação até o ano de 2013, foram beneficiados mais de 1,2 milhão de alunos, sendo 68% com bolsas integrais, os quais ingressaram em IES privadas do país (PROUNI, 2013).

Contudo, principalmente a partir do segundo mandato, o setor público também foi alvo da atenção do governo Lula e criou-se o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), instituído pelo Decreto n. 6.096, de 24 de abril de 2007. O objetivo do Reuni é descrito no primeiro artigo do Decreto.

Art. 1º Fica instituído o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - REUNI, com o objetivo de criar condições para a ampliação do acesso e permanência na educação superior, no nível de graduação, pelo melhor aproveitamento da estrutura física e de recursos humanos existentes nas universidades federais.

O Programa consiste, entre outras propostas, em aumentar o número de vagas nos cursos de graduação, ampliar a oferta de cursos noturnos e as políticas de inclusão e assistência estudantil, combater à evasão e possibilitar a construção e readequação da infraestrutura e dos equipamentos das universidades federais.

A partir de uma política voltada para a rede federal de ensino, verificou-se um aumento do número de universidades durante o governo Lula. Catorze novas universidades federais foram criadas no período de 2003 a 2010, chegando a 59 ao todo (MEC, 2012). O número de matrículas de graduação aumentou mais de 58%, no mesmo período, nas universidades federais com o ingresso de 938.656 estudantes em 2010 (INEP, 2012).

Segundo Pereira e Silva (2010, p.28-29), "as opções políticas assumidas pelo Governo Lula apontam para a massificação da educação superior no país, criando um cenário reformista que se presta ao debate sobre sua eficácia e possibilidades futuras".

Aliada ao mesmo partido do governo anterior, a presidente da República Dilma Vana Rousseff assumiu o comando da nação em 2011 e deu prosseguimento

as políticas educacionais implantadas pelo seu antecessor. Destaca-se a concessão de 1 milhão de bolsas pelo ProUni no ano de 2012 e a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, que garante a reserva de 50% das matrículas por curso e turno nas instituições federais de educação superior vinculadas ao Ministério da Educação a alunos oriundos integralmente do ensino médio público.

CAPÍTULO 02 - Referencial Teórico²

Neste capítulo, será apresentado o referencial teórico da pesquisa. Em um primeiro momento, aborda-se a teoria etnoconstrucionista, a qual compreende as notícias como construção social. Em seguida, discute-se a relação entre jornalistas e fontes, entendendo estes como atores fundamentais no processo de produção das notícias. Por último, finaliza-se com a exposição do conceito de enquadramento e sua importância nos estudos sobre as coberturas jornalísticas.

2.1 A notícia como construção - A teoria etnoconstrucionista

A perspectiva teórica utilizada no presente trabalho firma-se no paradigma das notícias como construção social, opondo-se à teoria do espelho, a qual enxerga as notícias como um reflexo da realidade. Partilham deste paradigma as teorias estruturalista e etnoconstrucionista. Ambas as teorias compreendem a notícia como um produto de complexos processos de interação social entre diversos agentes sociais, entre eles, jornalistas e fontes, jornalistas e público, jornalistas e sua comunidade profissional, etc. Contudo, enquanto a teoria estruturalista detém uma visão mais determinista em relação ao domínio das elites no processo de produção das notícias, a teoria etnoconstrucionista "defende que o papel dominante das fontes oficiais não é automático. Pelo contrário, é o resultado de uma busca ativa duma vantagem, ou seja, é o resultado de uma ação estratégica" (TRAQUINA, 2001, p.115). Assim, os agentes sociais participam ativamente do processo de negociação

² Na primeira parte, este capítulo tem por base TRAQUINA, Nelson. **O estudo do jornalismo no século XX**. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2001. Na segunda parte, PORTO, Mauro P.. **Enquadramentos da Mídia e Política. XXVI Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais – ANPOCS**, 26, Caxambu/MG, 2002.

da construção da realidade. Nesse sentido, será adotada aqui a perspectiva etnoconstrucionista.

Traquina (2001) explicita a definição de notícia no âmbito da teoria etnoconstrucionista.

As notícias são o resultado de um processo de produção, definido como a percepção, seleção e transformação de uma matéria-prima (principalmente os acontecimentos) num produto (as notícias). Os acontecimentos constituem um imenso universo de matéria-prima; a estratificação deste recurso consiste na seleção do que irá ser tratado, ou seja, na escolha do que se julga ser matéria-prima digna de adquirir a existência pública de notícia, numa palavra - ter noticiabilidade. (TRAQUINA, 2001, p.94)

O conceito exposto ressalta uma vertente importante na teoria etnoconstrucionista, a rotinização do trabalho jornalístico. Enxergar a notícia como fruto de um processo de produção implica em reconhecer a influência das rotinas de trabalho na produção jornalística. A profissionalização dos trabalhadores, a criação de rotinas diárias, a aplicação de procedimentos operacionais, entre outros fatores, têm reflexos no produto final, a notícia.

Segundo Traquina (2001, p.95), em virtude da imprevisibilidade dos acontecimentos, os quais podem emergir de qualquer lugar a qualquer hora, "as empresas jornalísticas precisam de impor ordem no *espaço* e no *tempo*". No espaço, as organizações criam uma rede noticiosa responsável por capturar os acontecimentos. A rede noticiosa concentra-se em determinados lugares, selecionados a partir de critérios das próprias empresas, capazes de gerar acontecimentos noticiáveis. O resultado é a cobertura jornalística de certas localidades em detrimento das demais.

Em relação à ordem no tempo, o autor destaca que "os jornalistas vivem sob a tirania do fator *tempo*" (TRAQUINA, 2001, p.95) e, portanto, as organizações

jornalísticas estabelecem o seu próprio biorritmo. Espera-se que os acontecimentos noticiáveis ocorram durante o expediente normal de trabalho, momento em que todo o aparelhamento da empresa está disponível para a cobertura dos fatos. Além disso, outra maneira de encarar a variável do tempo reside no planejamento dos acontecimentos previstos, elaborando um agendamento da pauta do dia.

Ainda, a partir do conceito de Traquina sobre as notícias, há um enorme universo de acontecimentos, e o trabalho do jornalista consiste em selecionar os que sejam dignos de adquirir a existência pública enquanto notícia. Ou seja, a transformação de um acontecimento ou de um evento em notícia implica em dar a ele existência pública.

Com base nos estudos de Molotch e Lester (1974/1993), Traquina (2001, p.101) afirma que, nas sociedades contemporâneas, existe uma concorrência hábil "entre promotores na mobilização das ocorrências ou das questões como recurso na construção da experiência", tornando o campo jornalístico um foco prioritário da ação estratégica dos diversos agentes sociais, principalmente, daqueles do campo político. Segundo Traquina, "um objetivo primordial da luta política consiste em fazer concordar as suas *necessidades de acontecimentos* com as dos profissionais do campo jornalístico" (2001, p. 101).

A teoria etnoconstrucionista evidencia as notícias também sob a ótica da interação dos profissionais de jornalismo dentro de sua própria comunidade, a qual Traquina (2001, p.117) denomina como tribo jornalística. Nesta tribo, a interação ocorre nas trocas de experiências, na consulta aos colegas, nos truques repassados, na concorrência, etc., formando-se uma espécie de "camaradagem que influencia o trabalho jornalístico, porque a validação e o exame dos colegas tornam-

se substitutos dum exame independente e crítico que afinal ninguém faz" (TRAQUINA, 2001, p.117).

2.2 A relação entre jornalistas e fontes

A relação entre jornalistas e fontes é outro elemento considerado pela teoria etnoconstrucionista. Lamy (2013, p.44) descreve bem o papel das fontes ao afirmar que "as fontes são parte ativa na produção jornalística e contribuem para a construção da realidade".

Traquina (2001, p.104) defende que uma fonte de informação pode ser qualquer pessoa. Segundo o autor, "uma fonte é uma pessoa que o jornalista observa ou entrevista e que fornece informações. Pode ser potencialmente qualquer pessoa envolvida, conhecedora ou testemunha de determinado acontecimento ou assunto" (TRAQUINA, 2001, p.104).

Fonte e jornalista possuem uma relação sagrada na cultura jornalística, inclusive protegida pelo artigo 5º do inciso XIV da Constituição Federal de 1988, a qual assegura "a todos o acesso à informação e resguardado o sigilo da fonte, quando necessário ao exercício profissional". Traquina (2001, p.104) inclui, como um dos aspectos fundamentais da prática jornalística, o hábito de cultivar as fontes.

Lamy (2013, p.44) ressalta que a fonte e o jornalista buscam objetivos diferentes entre si, porém se unem num ponto em comum: a notícia. Esta ligação constitui um relacionamento de confiança e de interesses em que ocorre uma relação de troca constante.

De acordo com Traquina (2001, p.105), a avaliação das fontes pelos jornalistas envolve diversos critérios. Entre eles, destaca-se a autoridade, a produtividade e a credibilidade. O primeiro critério refere-se à posição do indivíduo,

incluindo fatores como respeitabilidade e prestígio perante o público. É um requisito fundamental na comunidade jornalística e revela a preferência dos jornalistas em utilizar-se de fontes oficiais ou que ocupam posições de autoridade. Para Traquina (2001, p.105), "o jornalista pode utilizar a fonte mais pelo que é do que pelo que sabe". A produtividade remete à capacidade da fonte de fornecer os materiais necessários para a produção de uma notícia. Por último, a credibilidade diz respeito à confiabilidade das informações repassadas em ocasiões anteriores.

Em face das necessidades organizativas das redações, os critérios utilizados na avaliação das fontes conduzem à compreensão da razão do uso mais frequente das fontes oficiais em relação às outras. Traquina (2001, p.107) explica que, diante da importância dos critérios e do condicionamento do trabalho jornalístico pelo fator tempo, "podemos compreender por que as fontes estáveis, regulares, institucionais acabam por ser preferidas pelos membros da comunidade jornalística".

A preferência pela utilização das fontes oficiais resulta também da rotinização do trabalho jornalístico, o que conduz, segundo Traquina (2001, p.110), à dependência dos canais de rotina. Schlesinger (1972), ao refletir sobre o acesso das fontes ao campo jornalístico, afirma que "as fontes não são, por isso, todas iguais e todas igualmente relevantes, assim como o acesso a elas e o seu acesso aos jornalistas não está uniformemente distribuído" (SCHLESINGER, 1972, apud TRAQUINA, 2001, p.111). Diante disso e da rotina jornalística, para a teoria etnoconstrucionista, as notícias representam um aliado das instituições legitimadas. De acordo com Traquina (2001, p.113), "as fontes provêm sobretudo da estrutura do poder estabelecido e, por isso, as notícias tendem a apoiar o *status quo*". E prossegue a linha de raciocínio ao concluir que, para as teorias estruturalista e etnoconstrucionista, "as fontes oficiais dominam o processo de produção das

notícias e que os mídia noticiosos reforçam o poder instituído" (TRAQUINA, 2001, p.123). Lamy (2013, p.44), com base em um estudo de Sigal (1973), afirma que as fontes de informação dominantes - como as instituições governamentais - possuem um peso significativo nas notícias.

2.3 Enquadramento

Como observado pela teoria etnoconstrucionista, a qual compreende as notícias como construção social e, dentro desta perspectiva, existe um processo de produção que implica em perceber, selecionar e transformar uma matéria-prima (os acontecimentos) num produto (as notícias), esse processo resulta numa construção específica da realidade que pode ser analisada por meio do conceito de enquadramento.

Enquadramento consiste em uma corrente de estudos com raízes atribuídas a Erving Goffman por intermédio do seu livro *Frame analysis: an essay on the organization of experience* (1974). Segundo a definição formulada por Goffman, os enquadramentos (*framing*) são "princípios de organização que governam os eventos sociais e nosso envolvimento nestes eventos" (PORTO, 2002, p.4). O conceito de Goffman, de acordo com Porto (2002, p.4), entende os enquadramentos "como marcos interpretativos mais gerais construídos socialmente que permitem as pessoas fazer sentido dos eventos e das situações sociais".

A partir da publicação do livro de Goffman, o conceito de enquadramento tem sido apropriado para os estudos jornalísticos. Uma das pioneiras na utilização do conceito de Goffman foi a socióloga Gaye Tuchman. Para Tuchman, os enquadramentos das notícias incluem-se entre as práticas do jornalismo que contribuem para os processos de construção social da realidade (CARVALHO, 2009,

p.5). Tuchman centra-se na análise do processo de produção das notícias - as práticas institucionalizadas das empresas jornalísticas, o *ethos* da profissão, a rotinização do trabalho, as ideologias dominantes - e relaciona a interferência desses fatores nos enquadramentos das notícias (PORTO, 2002, p.5).

O conceito de enquadramento também foi desenvolvido por Gitlin que vincula o ato de enquadrar como uma prática integrante da rotina jornalística. Porto (2002) apresenta a definição de Gitlin (1980), segundo a qual:

Enquadramentos da mídia são padrões persistentes de cognição, interpretação e apresentação, de seleção, ênfase e exclusão, através dos quais os manipuladores de símbolos organizam o discurso, seja verbal ou visual, de forma rotineira (GITLIN, 1980, p. 7; itálicos no original; apud PORTO, 2002, p.6; tradução de Porto).

De acordo com o conceito de Gitlin, os enquadramentos são vistos como recursos que estruturam o discurso midiático por intermédio de ações como selecionar, enfatizar e excluir, construindo, assim, uma interpretação particular dos fatos. Cabe mencionar, ainda, o impacto dos enquadramentos na construção e reflexão da realidade percebida pela audiência. Para Gitlin, “os enquadramentos da mídia... organizam o mundo tanto para os jornalistas que escrevem sobre ele, como também, em um certo grau importante, para nós que recorremos às suas notícias” (GITLIN, 1980 apud PORTO, 2002, p.6).

Entmann (1993, p.52) compreende que o enquadramento implica na seleção de alguns aspectos da realidade percebida e salientá-los em um texto comunicativo, no intuito de promover uma definição particular para o problema, uma interpretação causal, uma avaliação moral e/ou uma recomendação de tratamento. Para o autor, enquadrar envolve essencialmente dois processos: selecionar e salientar.

Para alguns autores (COLLING, 2001; PORTO, 2002; ZANNETTI, 2008), a ideia de enquadramento costuma ser associada como uma extensão do modelo de *agenda setting*³. Enquanto a *agenda setting* ocupa-se em pautar os assuntos para a opinião pública, ou seja, na construção de uma agenda de temas, o enquadramento trabalha em como a opinião pública deve pensar os temas já estabelecidos pela agenda. Assim, a *agenda setting* e o enquadramento possuem um papel de complementaridade em que, num primeiro nível, a cobertura da mídia afeta tanto “sobre o que” o público pensa e, num segundo nível, também “como” o público pensa sobre os temas abordados. Os próprios autores da teoria do agendamento, McCombs e Shaw, reconhecem a ligação entre os modelos teóricos.

A síntese clássica de agendamento apresentada por Bernard Cohen (1963) - os media poderão não nos dizer o que pensar, mas são altamente eficazes em dizer-nos sobre o que pensar - foi virada do avesso. Investigações novas que exploram as consequências do agendamento e do enquadramento feito pelos media sugerem que os media não só nos dizem sobre o que é que devemos pensar, como também nos dizem como pensar sobre isso; portanto, conseqüentemente, o que pensar (McCOMBS, M.; SHAW, D., apud TRAQUINA, 2000, p. 135)

Entretanto, segundo Porto (2002, p.3), a inclusão do conceito de enquadramento à teoria do agendamento é considerada problemática para alguns autores, argumentando-se que "a perspectiva do enquadramento se refere a novas questões que tendem a negar os princípios da agenda setting e que em vez de fundir ambos paradigmas é preciso diferenciá-los".

³ A teoria da *agenda-setting* ou do agendamento advém da corrente norte-americana *Mass Communication Research* e tem como fundadores Maxwell McCombs e Donald L. Shaw em virtude da publicação do artigo "The Agenda-Setting Function of Mass Media" em 1972. Em suma, a teoria da *agenda-setting* defende a ideia de que a agenda da audiência é pautada em função do que os meios de comunicação veiculam. Como afirma Shaw, "as pessoas têm tendência para incluir ou excluir de seus próprios conhecimentos aquilo que os *mass media* incluem ou excluem do seu próprio conteúdo" (SHAW apud WOLF, 1986, p.128).

Porto (2002, p.15) propõe uma distinção entre dois tipos principais de enquadramento: os noticiosos e os interpretativos. Os enquadramentos noticiosos “são padrões de apresentação, seleção e ênfase organizados por jornalistas para organizar seus relatos”. Relacionam-se com o conceito de Entmann ao entender o papel dos jornalistas na condução dos processos de selecionar e salientar, no formato das matérias, certos elementos da realidade em detrimento de outros. Os enquadramentos interpretativos referem-se a “padrões de interpretação que promovem uma avaliação particular de temas e/ou eventos políticos, incluindo definições de problemas, avaliações sobre causas e responsabilidades, recomendações de tratamento, etc.” (PORTO, 2002, p.15). Para Porto (2002, p.15), as interpretações emergem de diferentes atores sociais, em suma, originários fora do contexto da prática jornalística, podendo tais interpretações serem ou não incorporadas ao discurso midiático.

A diferença entre os dois tipos de enquadramento elencados por Porto reside na fonte da notícia. Enquanto os enquadramentos noticiosos são desenvolvidos pelos próprios jornalistas, os interpretativos são criados por atores políticos e sociais. Contudo, isto não significa que os jornalistas não desempenhem um papel ativo na formação dos enquadramentos interpretativos. Porto afirma que:

Jornalistas frequentemente citam outros atores para promover interpretações específicas da realidade política. Como vários autores já demonstraram, repórteres evitam apresentar interpretações de forma direta e citam afirmações de outros atores para dizer o que elas ou eles próprios pensam (Tuchman, 1972, p. 668; Sigal, 1973, p. 67). (PORTO, 2002, p. 16)

Portanto, Porto (2002, p.16) sugere que, nos estudos sobre enquadramentos interpretativos, o pesquisador identifique as avaliações contidas nas falas das fontes citadas pelos jornalistas.

Outra recomendação de Porto (2002, p.16), no caso dos enquadramentos interpretativos, é identificar as interpretações oferecidas sobre os principais eventos e temas políticos. Segundo ele (PORTO, 2002, p.16-17), "o conceito de enquadramento permite entender o processo político como uma disputa sobre qual interpretação irá prevalecer na formação, desenvolvimento e resolução de controvérsias políticas". Ainda ressalta que o enquadramento permite compreender que a origem das controvérsias advém das interpretações utilizadas na avaliação dos eventos ou temas políticos e não da apresentação dos fatos e ou da informação.

Porto (2002, p.17) destaca que, ao reconhecer as principais controvérsias e enquadramentos de uma notícia, "é importante ressaltar que atores sociais distintos possuem capacidades diferenciadas para influenciar os processos de enquadramento da mídia". Enfatiza que, principalmente, as fontes oficiais do governo tendem a prevalecer no processo de produção das notícias, sem, contudo, ser determinista como um processo de manipulação das elites sobre o público.

Assim, Porto conclui que:

Uma recomendação resulta da consideração destes fatores: o pesquisador deve analisar não só os enquadramentos dominantes ou de grupos influentes, mas também incluir as interpretações promovidas por movimentos sociais ou de oposição, inclusive aquelas que são excluídas pela mídia. A análise deve explicitar ainda as razões que levam ao predomínio de certos enquadramentos em detrimento de outros (PORTO, 2002, p.17).

No seu livro *Televisão e Política no Brasil: A Rede Globo e as Interpretações da Audiência* (2007), Porto desenvolve o modelo das controvérsias interpretativas, o qual busca superar a ideia de homogeneidade nas mensagens da mídia, isto é, a tendência de identificar uma única interpretação da realidade nos textos jornalísticos (p.131). Porto define as controvérsias interpretativas como "disputas políticas que

não são resolvidas apenas a partir de informações e fatos, mas que se desenvolvem principalmente através de enquadramentos interpretativos" (p.124). Assim, destaca-se que a ênfase do modelo desenvolvido pelo autor concentra-se nos enquadramentos interpretativos, compreendendo a mídia como o espaço no qual os atores sociais disputam para o desenvolvimento e disseminação das interpretações específicas da realidade (p.125).

Segundo Porto (2007, p. 127),

O principal pressuposto do modelo é o de que os enquadramentos interpretativos apresentados pela mídia oferecem aos cidadãos dicas simples que promovem interpretações particulares sobre temas e eventos políticos, estimulando assim os desenvolvimentos de narrativas específicas sobre a realidade política.

Para reconhecer os enquadramentos interpretativos nos telejornais, Porto (2007, p.126) aponta as fontes utilizadas nas matérias jornalísticas, também chamadas de "sonoras", como mecanismos relevantes para encontrar esse tipo de enquadramento. De acordo com ele, "os jornalistas podem promover determinados enquadramentos interpretativos ao escolher quem irá falar no telejornal e ao organizar a estrutura narrativa da notícia de forma específica" (PORTO, 2007, p.158)

No intuito de operacionalizar o modelo das controvérsias interpretativas e de identificar a predominância de determinadas interpretações, Porto desenvolve as seguintes categorias:

1. Restrito: quando apenas um enquadramento interpretativo do fato/ evento/ ação ou tema é apresentado.
2. Plural-Fechado: quando mais de um enquadramento interpretativo do fato/ evento/ ação ou tema são apresentados, mas são organizados em uma hierarquia de forma que um dos enquadramentos é preferido sobre os demais e apresentado como superior ou mais correta.
3. Plural-Aberto: quando mais de um enquadramento interpretativo do fato/ evento/ ação ou tema são apresentados, mas são tratados de forma mais indeterminada, sem que nenhuma interpretação seja apresentada como superior ou mais correta;

4. Episódico: quando nenhum enquadramento interpretativo é apresentado na notícia que se limita a relatar algum do fato/ evento/ ação ou tema (PORTO, 2007, p.131).

Em face das categorias do modelo das controvérsias interpretativas, pressupõe-se que as notícias apresentadas com um único enquadramento ou com um enquadramento dominante sobre os demais tendem a promover interpretações particulares sobre um determinado tema ou evento político para a audiência, contribuindo para a adoção dessas interpretações pelo público. Porém, quando são veiculadas matérias com formatos mais "plurais" e "abertos", os cidadãos têm acesso a um leque de interpretações mais variadas sobre a realidade e mais condições de questionar os enquadramentos dominantes (PORTO, 2007, p.131).

Neste trabalho, utilizaremos a abordagem dos enquadramentos interpretativos, proposta por Porto, bem como as categorias de análise propostas pelo autor, buscando identificar os enquadramentos dominantes do *Jornal Nacional* na cobertura jornalística da greve dos professores universitários em 2012.

CAPÍTULO 03 - Metodologia

O objetivo principal da pesquisa consiste em analisar a cobertura jornalística do *Jornal Nacional* sobre a greve dos professores das Instituições Federais de Ensino, durante o ano de 2012, no intuito de identificar os enquadramentos dominantes nas notícias. Neste capítulo, descrevem-se os percursos trilhados para a consecução desse objetivo, expondo as escolhas metodológicas na análise do *corpus*.

3.1 Análise de conteúdo

A metodologia a ser empregada na pesquisa compreende a análise de conteúdo das notícias veiculadas pelo telejornal da Rede Globo, *Jornal Nacional*, sobre a greve dos professores das Instituições Federais de Ensino no ano de 2012.

A análise de conteúdo, segundo Franco (2008, p.19), tem como ponto de partida “a mensagem, seja ela verbal (oral ou escrita), gestual, silenciosa, figurativa, documental ou diretamente provocada”. O método abrange, de acordo com Bardin (1977, p.33), “um conjunto de técnicas de análise das comunicações que utiliza procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens”.

De acordo com Hercovitz (2007), a análise de conteúdo tem um caráter híbrido por ser uma metodologia que abrange tanto aspectos quantitativos quanto qualitativos. Hercovitz define a análise de conteúdo como:

Método de pesquisa que recolhe e analisa textos, sons, símbolos e imagens impressas, gravadas ou veiculadas em forma eletrônica ou digital encontrados na mídia a partir de uma amostra aleatória ou não dos objetos estudados com o objetivo de fazer inferências sobre seus conteúdos e formatos enquadrando-os em categorias previamente testadas, mutuamente

3.2 Cenário de pesquisa

Em 2012, os docentes da rede de ensino federal protagonizaram uma das maiores greves da história da carreira de magistério superior. De acordo com o Informativo *InformANDES* nº 14 do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (ANDES-SN), referente ao mês de setembro de 2012, os professores protagonizaram uma das maiores greves da categoria em razão de dois aspectos: extensão e adesão. Em extensão, a greve durou mais de 124 dias, sendo compreendida entre 17 de maio - data de deflagração da paralisação - e 17 de setembro de 2012 - término da greve pelo ANDES-SN. Em adesão, a paralisação alcançou quase a totalidade das Instituições Federais de Ensino.

Após quase dois meses de paralisação dos docentes, o Governo Federal apresentou uma proposta de reajuste salarial no dia 13/07, em uma coletiva de imprensa com os Ministros da Educação e do Planejamento. Os professores rejeitaram a proposta, e o Governo apresentou uma nova proposta no dia 24/07. A greve encerrou no dia 17 de setembro de 2012 pelo ANDES-SN.

Para o estudo em questão, foram selecionadas as notícias do *Jornal Nacional* que tratavam sobre a greve dos docentes federais em 2012. Os critérios utilizados para a escolha do telejornal *Jornal Nacional*, produzido pela Rede Globo de Televisão, residem na imensa presença da televisão nos domicílios brasileiros e na audiência desse programa. De fato, segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad), produzida pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), no ano de 2011, 59,4 milhões de lares possuíam, pelo menos, um aparelho de televisão, representando cerca de 96,9% do total. Em comparação com outro

bem durável, a televisão ainda detém a vantagem em cima da geladeira, presente em 58,7 milhões dos lares brasileiros, o que significa 95,8% do total.

Os dados permitem inferir a importância da televisão como um dos principais meios de comunicação no país. Aliado a este fator, o sinal da Rede Globo de Televisão cobre 98,56% dos 5.570 municípios brasileiros, correspondendo a um alcance de mais de 190 milhões de brasileiros (GLOBO, 2013).

Em matéria publicada pelo portal de notícias UOL no dia 6 de novembro de 2012, o jornalista e colunista da Folha, Ricardo Feltrin, divulgou a lista dos 48 programas da televisão aberta de maior audiência no ano de 2012. A Rede Globo possui os 47 programas mais assistidos, e o *Jornal Nacional* aparece em segundo lugar no ranking.

Tudo isso justifica a escolha do *Jornal Nacional* como objeto de análise nesta pesquisa.

3.3 Construção do *corpus*

Para a pesquisa, foram selecionadas as notícias que tratavam exclusivamente da greve dos docentes da rede federal de ensino, excluindo-se da amostra as matérias jornalísticas que envolviam a greve dos servidores públicos federais como um todo sem mencionar a greve dos professores. Assim, foram computadas 16 matérias sobre o assunto, sendo a primeira veiculada em 22 de maio de 2012 e a última em 17 de setembro de 2012. Os vídeos das matérias foram obtidos por intermédio do site do *Jornal Nacional*.

Numa primeira fase, as notícias foram estruturadas em fichas com as seguintes categorias: data de edição, duração, tipo de notícia e transcrição. A data de edição e a duração permitem situar a abordagem do tema no espaço e no tempo,

bem como colaboram na análise da importância dada sobre o assunto nas edições do telejornal. A classificação sobre tipo de notícia segue com a proposta elaborada por Guazina (2001, p.38-39), dividindo-se em reportagem, nota e nota coberta.

RE (reportagem): quando uma matéria é apresentada ao vivo ou gravada por um repórter, dentro de uma determinada estrutura-padrão de realização de reportagens de TV (com possíveis alterações): *off (voz do repórter sobre imagens) - entrevistas - passagem do repórter (fala diretamente para a câmera) - off final;*

NC (nota coberta): quando os apresentadores ou o âncora liam nota sobre determinado assunto ao mesmo tempo em que imagens são veiculadas para ilustrar;

NO (nota): quando os apresentadores ou o âncora lêem notas rápidas sobre determinado assunto sem a utilização do recurso visual, ou seja, sem a veiculação de imagens ao mesmo tempo, a não ser a do próprio lendo.

Num segundo momento, buscou-se analisar os enquadramentos dominantes evidenciados, principalmente, nas falas das fontes utilizadas. Os enquadramentos foram classificados em: Restrito, Plural-Fechado, Plural-Aberto e Episódico, conforme consta no referencial teórico deste trabalho (ver Capítulo 02).

CAPÍTULO 04 – Análise dos resultados

Num primeiro momento, apresenta-se um sucinto panorama da cobertura jornalística do *Jornal Nacional* sobre o caso em questão, mostrando dados quantitativos do período estudado. Após, analisa-se os enquadramentos dominantes presentes nas matérias veiculadas no telejornal, principalmente por intermédio das avaliações contidas nas falas das fontes utilizadas, evidenciando os enquadramentos interpretativos inculidos nas matérias.

4.1 Plano geral

A greve dos professores universitários foi objeto de matéria, pela primeira vez, no *Jornal Nacional*, no dia 22 de maio de 2012, cerca de 5 dias após o início da deflagração da greve pelo ANDES-SN. Durante a cobertura a respeito do caso, foram veiculadas 16 matérias, classificadas por tipo, conforme a **Quadro II**.

Quadro II - Tipos de matérias

Tipo de Matéria	Quantidade
Nota	5
Nota Coberta	2
Reportagem	9

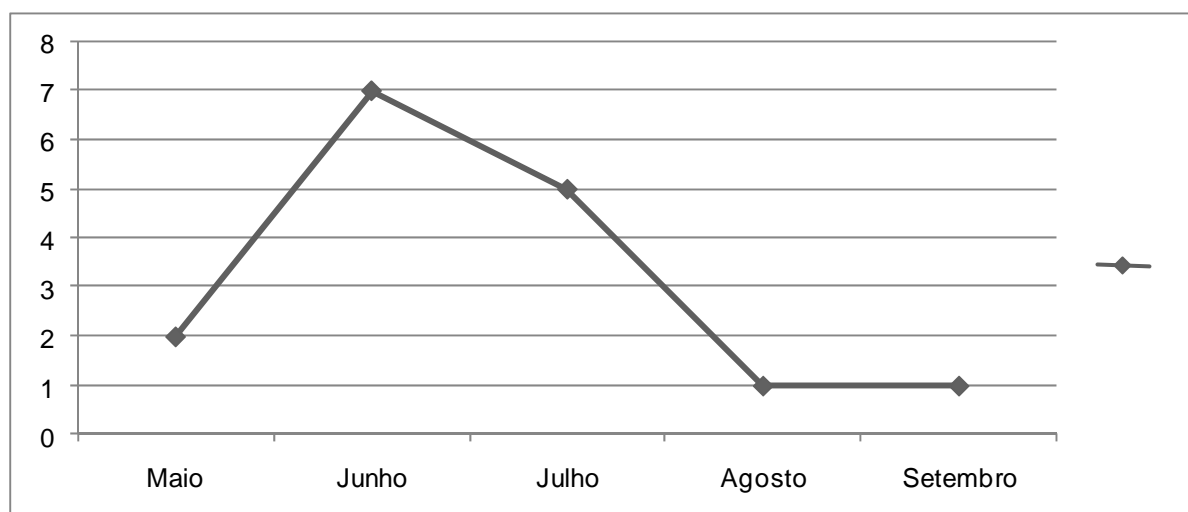
Em relação à presença das matérias nas edições do telejornal durante o período da greve, conforme a **Quadro III**, verifica-se uma baixa presença do assunto nas edições diárias. Entre 17 de maio a 17 de setembro de 2012, foram computadas 106 edições do telejornal. A greve apareceu em apenas 16 edições durante o período.

Quadro III - Proporção de matérias em relação ao total de edições⁴

Total de edições	Número de matérias selecionadas	Proporção de matérias/edições veiculadas no período
106	16	15%

As matérias sobre a greve dos professores universitários concentraram-se nos meses de junho e julho, conforme a **Gráfico I**. A concentração justifica-se pelo número crescente de adesões das Instituições Federais de Ensino à paralisação durante os primeiros meses e pela apresentação da proposta de aumento do Governo Federal em julho. Enquanto nos meses de desfecho da greve, foi apresentada apenas uma matéria em cada mês.

Gráfico I - Evolução da cobertura de maio a setembro de 2012.



⁴ Em comparação com outra cobertura do mesmo telejornal no ano de 2012, o caso do ex-senador Demóstenes Torres, acusado de pleitear os interesses do contraventor Carlinhos Cachoeira no Congresso Nacional, recebeu um destaque bem maior nas edições. O caso estendeu-se de 29 de fevereiro - deflagração da Operação Monte Carlo da Polícia Federal - até 11 de julho de 2012 - cassação do mandato de senador de Demóstenes Torres. Durante o período, 115 edições do Jornal Nacional foram ao ar, e o caso foi objeto de matéria 42 vezes pelo telejornal, em uma proporção de 36,5% de matérias por edições veiculadas no período, constatando-se assim o dobro de repercussão do caso Demóstenes em relação à greve dos docentes.

Outro dado coletado refere-se à duração das matérias no telejornal. Conforme a **Quadro IV**, o tempo total gasto na cobertura da greve dos docentes chega a 22 minutos e 6 segundos.

Quadro IV - Duração das matérias da greve dos docentes⁵

Mês	Quantidade de matérias	Duração
Maio	2	2' 18"
Junho	7	10' 48"
Julho	5	6' 29"
Agosto	1	34"
Setembro	1	1' 57"
Total	16	22' 6"

Em relação às fontes utilizadas nas matérias, aqui entendidas como as sonoras apresentadas pelo noticiário, verifica-se um equilíbrio entre Governo e o principal sindicato da categoria, o ANDES-SN. Porém, ao compararmos esses atores com a categoria "estudantes", existe quase o triplo de alunos utilizados como fontes, o que privilegia a visão destes na construção da notícia.

Quadro V - Fontes utilizadas nas matérias

Fontes	Quantidade
Estudantes	15
Ministério da Educação	5
ANDES-SN	6
PROIFES	1
Outros	4

⁵ Ao compararmos o tempo despendido na cobertura do caso Demóstenes Torres no Jornal Nacional, verifica-se uma enorme diferença entre os espaços ocupados pelas coberturas jornalísticas na pauta do telejornal. No total, o caso Demóstenes Torres ocupou as edições do telejornal da Rede Globo em 97 minutos e 47 segundos, com reportagens, notas e links ao vivo do Congresso Nacional. Observa-se que, no primeiro mês da cobertura do caso do ex-senador, o tempo gasto em matérias sobre o caso - que chega a 30 minutos e 39 segundos - já é superior ao tempo total da cobertura da greve dos professores universitários durante quatro meses.

Ao analisar os tipos de enquadramento veiculados no telejornal, sob a perspectiva do modelo das controvérsias interpretativas, percebe-se a predominância de enquadramentos com o formato episódico, segundo o **Quadro VI**, o que restringe as notícias a um caráter descritivo sobre os temas e eventos e exclui as interpretações particulares. As notícias com o formato episódico constituem-se de matérias sem a utilização de sonoras, sendo 7 notas e um link ao vivo. O **Quadro VI** mostra, ainda, os enquadramentos com os segmentos “plurais” em segundo lugar, que evidenciam a presença de mais de uma interpretação sobre os fatos.

Quadro VI – Classificação das notícias do *Jornal Nacional* segundo o enquadramento

Formato	Quantidade de matérias	Porcentagem
Episódico	8	50%
Plural-Aberto	4	25%
Plural-Fechado	3	18,75%
Restrito	1	6,25%
Total	16	100%

O **Quadro VII** apresenta os resultados relativos ao tempo despendido em cada formato de enquadramento. Embora os enquadramentos episódicos apresentem uma frequência maior nas edições do *Jornal Nacional*, eles possuem um tempo menor em relação aos enquadramentos "plurais" e têm uma duração média de 29 segundos. Destaca-se também que, apesar dos enquadramentos com o formato “plural-aberto” possuírem uma matéria a mais que os com segmento “plural-fechado”, estes têm uma duração maior em virtude de uma reportagem especial veiculada no dia 29/06 com duração de 4 minutos e 44 segundos – a maior de todas as matérias selecionadas.

Quadro VII – Duração das notícias segundo o enquadramento

Formato	Tempo	Duração média
Episódico	3' 52"	29"
Plural-Aberto	7' 12"	1' 48"
Plural-Fechado	8' 47"	2' 55"
Restrito	2' 15"	2' 15"
Total	22' 6"	1' 22"

Por último, o **Quadro VIII** mostra a relação entre os três principais atores utilizados como fontes nas matérias – alunos, MEC e ANDES-SN – e os tipos de enquadramento. Os dados apontam o equilíbrio entre as sonoras do MEC e do ANDES-SN nos enquadramentos de tipo “plural-aberto” e, nos de tipo “plural-fechado”, a maior presença da categoria “estudantes”.

Quadro VIII – Classificação das principais sonoras segundo o enquadramento

Formato	Estudantes	MEC	ANDES-SN
Episódico	-	-	-
Plural-Aberto	2	4	4
Plural-Fechado	10	-	2
Restrito	3	1	-
Total	15	5	5

A par dos dados da cobertura em um plano geral, passaremos agora a análise das matérias.

4.2 Análise de enquadramentos

Analisaremos de forma qualitativa alguns exemplos de cada formato de enquadramento na cobertura da greve dos professores universitários no *Jornal Nacional*, visando compreender como se situaram esses enquadramentos nas matérias jornalísticas e as interpretações embutidas nos discursos das fontes.

4.2.1 Enquadramento episódico

As notícias com formato episódico constituem-se de notas, notas cobertas e um link ao vivo no dia 28/06 e representam a metade das matérias selecionadas para o estudo. Constata-se a presença de notícias com esse enquadramento durante praticamente toda a cobertura da greve.

No dia 22/05, a apresentadora Patrícia Poeta faz a primeira referência da greve dos professores em uma nota com duração de 18 segundos.

Patrícia Poeta: A greve dos professores das universidades federais obteve hoje o apoio de 43 instituições. A paralisação começou na última quinta-feira. Os professores pedem reestruturação do plano de carreira e melhores condições de trabalho. Os grevistas devem se reunir na semana que vem com representantes dos Ministérios da Educação e do Planejamento.

Percebe-se que a nota concentra-se em apresentar informações gerais da greve como quantas instituições aderiram, quando começou o movimento, quais são as reivindicações. Não há qualquer juízo de valor sobre os dados apresentados.

Nos dias 18 e 19/06, são apresentadas duas notas sobre a greve com o enfoque de mostrar a duração do movimento grevista e o aumento do número de universidades em greve, destacando-se - em 19/06 - a entrada da Universidade Federal de Minas Gerais na paralisação nacional.

Edição de 18/06

William Bonner: Professores de 54 das 99 universidades federais brasileiras estão em greve, segundo o sindicato da categoria. O movimento começou a um mês. Os professores pedem reestruturação do plano de carreira e melhores condições de trabalho. A reunião do sindicato com o Governo que estava prevista para amanhã foi cancelada.

Edição de 19/06

William Bonner: Professores da Universidade Federal de Minas Gerais entraram em greve hoje. 55 das 99 instituições federais de ensino paralisaram as atividades, segundo o sindicato da categoria. Os professores pedem reestruturação do plano de carreira e melhores condições de trabalho.

No dia 17/08, faltando um mês para o término da greve, o *Jornal Nacional* apresenta uma nota coberta com o número das primeiras instituições a saírem do movimento. Ao lado do apresentador William Bonner, aparece um quadro com os nomes das instituições que suspenderam a paralisação.

William Bonner: Funcionários de oito universidades e de institutos federais de educação decidiram suspender a greve. Em quatro instituições, as aulas serão retomadas em apenas algumas unidades. De acordo com o Ministério da Educação, as negociações com os sindicatos dos docentes estão encerradas. O Ministério informou ainda que os professores terão que trabalhar em dezembro, em janeiro e em alguns casos também em fevereiro pra repor as aulas. De acordo com o Sindicato Nacional dos docentes das instituições de ensino superior, 54 universidades estão em greve no país.

Diante dos exemplos apresentados, percebe-se que as notícias com formato episódico caracterizam-se por apresentar os fatos de forma descritiva sem uma interpretação específica sobre a realidade.

4.2.2 Enquadramento restrito

Apenas uma reportagem alinhou-se ao enquadramento com formato restrito, quando apenas um enquadramento interpretativo sobre o assunto é apresentado na matéria jornalística. A reportagem foi veiculada no dia 24/07 com duração de 2 minutos e 15 segundos.

Na reportagem, é apresentada uma nova proposta de reajuste salarial aos professores universitários. Salienta-se as porcentagens de aumento salarial e os

custos para a União, além de mostrar a iniciativa do Governo em "ceder" e em "abrir mão" de certas questões.

William Bonner: O Governo apresentou hoje uma nova proposta de reajuste salarial para os professores das universidades federais que estão em greve há 69 dias.

Repórter: No Pará, em Minas, no Distrito Federal, a paralisação está estampada nos cartazes. Em pouco mais de dois meses, a greve já produziu alguns números: 57 universidades paradas, um milhão de alunos sem aula e 12 mil que podem perder bolsas de estudo no exterior. Agora existem outros prejuízos que não aparecem ali e que só os alunos podem contar. O que significa na vida deles uma sala de aula vazia como esta aqui?

Aluna (não identificada): Eu acho que muita coisa que eu tava aprendendo eu já fui esquecendo.

Leonardo Barbosa (aluno da UFPA): A gente atrasa o nosso curso. A gente acaba se formando num período mais longo de tempo, né?

Repórter: É a quarta greve que Evelyn encara. Ao longo do curso, muitos projetos já foram por água abaixo. E desta vez ela perdeu a chance de um intercâmbio numa universidade fora do país.

Evelyn Bernardes (aluna da UnB): Você não pode planejar a sua vida e não poder planejar a sua vida é... ainda mais nessa área de estudo que é a mais importante. Então, é horrível.

Repórter: Enquanto isso, em mais uma rodada de negociação, o Governo cedeu e apresentou hoje aos professores uma segunda proposta. O aumento mínimo para a categoria que na primeira era de 12% passou pra 25%. O maior continua sendo de 45% pra quem tem dedicação exclusiva e doutorado. Está mantido o pagamento em 3 anos, mas as parcelas serão antecipadas. De julho para março de 2013, 14 e 15. O custo pro Governo que era de 3 bilhões e 900 milhões de reais subiu pra quase 4 e 200. E o Governo também abriu mão de questões polêmicas como o aumento do tempo do professor em sala de aula que agora vai ser discutido por um grupo de trabalho.

Aloízio Mercadante (MEC): Eu acredito que com essa proposta daremos um passo decisivo para encerrar a greve a partir de agosto.

Repórter: Dos três sindicatos que participaram da reunião, um apoiou a proposta do Governo e agora vai ouvir os professores nos estados.

Eduardo Rolim de Oliveira (Presidente da PROIFES): O PROIFES tinha feito uma colocação pro Governo de 15 pontos que nós julgávamos que eram essenciais pra poder avançar no diálogo. Pela análise rápida que a gente teve tempo de fazer o Governo atendeu todos os 15 pontos que nós colocamos.

Inicialmente, a matéria ressalta os prejuízos na vida dos estudantes em virtude da paralisação das aulas. Todos os estudantes ouvidos pela reportagem

reforçam o discurso das consequências negativas da greve como o atraso na graduação, o que corrobora para uma mensagem contrária ao movimento grevista.

É importante destacar ainda que, diferente das demais reportagens selecionadas que apresentam o ANDES-SN como a fonte que representa os docentes federais, a matéria de 24/07 utiliza como fonte o presidente da Federação de Sindicatos de Professores de Instituições Federais de Ensino Superior (Proifes), Eduardo Rolim, que é favorável a proposta do Governo.

As sonoras apresentadas na reportagem contribuem para uma interpretação favorável ao encerramento da greve e à aceitação da proposta do Governo Federal.

4.2.3 Enquadramento plural-fechado

Foram encontradas 3 reportagens com o enquadramento plural-fechado veiculadas nos dias 22/06, 29/06 e 17/09. As notícias com esse tipo de enquadramento possuem mais de um enquadramento interpretativo sobre o tema ou evento, porém um deles é organizado hierarquicamente superior sobre os demais, sendo apresentado como o mais preferido ou correto.

Para exemplificar esse tipo de enquadramento na cobertura do caso em questão, escolhemos uma reportagem especial do dia 29/06 apresentada em um quadro do telejornal chamado *JN no AR*. O *JN no AR* é um projeto criado em 2010 para a cobertura das eleições daquele ano e tornou-se um quadro fixo no telejornal no ano seguinte. Consiste em coberturas especiais no país através de um avião particular (GLOBO, 2013).

A reportagem mostra a situação da greve na Universidade Federal da Paraíba, que aderiu à paralisação desde o primeiro dia em 17 de maio. No início,

destacam-se as salas e os estacionamentos vazios e o número de quase 40 mil estudantes sem aulas.

William Bonner: A equipe do JN no AR foi para João Pessoa mostrar a situação na Universidade Federal da Paraíba onde professores estão em greve desde o dia 17 de maio. A repórter Mônica Teixeira mostra qual é a situação por lá. Boa noite, Mônica.

Repórter (ao vivo): Boa noite, Bonner. Nós encontramos no campus da Universidade Federal da Paraíba professores parados há mais de 40 dias, alunos sem saber se vão ou não perder o semestre, além de uma universidade com condições precárias de funcionamento. A Universidade Federal da Paraíba é uma das 56 universidades federais do país que estão em greve, mas é a que tem o maior número de alunos afetados. Vamos ver agora a reportagem que nós fizemos com apoio da TV Cabo Branco afiliada da Rede Globo aqui na Paraíba.

Repórter (gravado em off): Decolamos do Rio de Janeiro para uma viagem de 1980km até João Pessoa. E hoje bem cedo nossa equipe já estava no campus da universidade. Agora são 7 e meia da manhã e normalmente este seria um horário de muito movimento aqui no campus. Seria a hora da chegada dos alunos e professores, mas hoje a situação que nós encontramos aqui é essa: uma universidade completamente vazia. Vagas de sobra no estacionamento. Corredores, salas de aula, tudo deserto. Em alguns prédios, a gente nem consegue entrar. Este é o prédio de Ciências Humanas, Letras e Artes e olha só: porta fechada. O atraso no calendário escolar já preocupa os alunos. Stuart terminaria o curso de Administração no fim do ano e já se preparava para fazer um concurso.

Stuart Barbosa (aluno UFPB): Se eu passar em algum concurso, eu não vou ter como comprovar minha experiência. Meu diploma tá aí, porque a greve vai atrasar com tudo isso.

Repórter: No campus da Universidade em Rio Tinto, no interior do estado, também vazio, a apreensão é a mesma.

Hugo Yuri (aluno UFPB): Teve gente que perdeu oportunidade de trabalho, porque fica a briga entre professor e Governo, funcionário e Governo. E o estudante é quem fica mais prejudicado.

Repórter: A Universidade Federal da Paraíba foi uma das primeiras a entrar na greve que conta com a adesão de 56 universidades federais no país. Aqui quase 40 mil alunos estão sem aula desde o dia 17 de maio. Segundo o Comando de Greve, 95% dos professores estão parados. A principal reivindicação é a reestruturação do plano de carreira. Os professores dizem que é muito difícil chegar ao topo no modelo atual, considerado injusto. Eles querem também que as gratificações sejam incorporadas ao salário. Em maio, o Governo aceitou acrescentar uma única gratificação e não houve acordo.

Ricardo Lucena (Presidente da Associação Professores da UFPB): O vencimento básico até o mês passado do professor em início de carreira é de 557 reais com gratificações diversas. A gente quer acabar com essas gratificações e transformar o vencimento básico em uma única linha possível. A greve é para qualificar, melhorar o serviço da universidade pública e isso não é prejuízo para ninguém. É benefício para a sociedade.

Repórter: Melhorar o serviço aqui é um desafio. Os docentes reclamam das condições de trabalho. Encontramos goteiras na biblioteca e equipamentos básicos de laboratório deteriorados.

Maria Gabriela Cavalcante (professora): Os microscópios eles não funcionam. De 21 microscópios que a gente tem na disciplina, só temos dois funcionando.

Repórter: A biblioteca central da universidade também parou de funcionar. É que, além dos professores, os servidores daqui da Universidade Federal da Paraíba também entraram em greve. Aqui dentro, olha só, não tem nenhum funcionário. No Hospital Universitário, 4 mil atendimentos deixam de ser feitos diariamente. Elisângela e Severino viajaram uma hora e meia pra trazer a filha a uma consulta e tiveram que voltar pra casa sem ver o médico.

Severino do Ramo: Criança acordou hoje quatro horas da manhã e, pra vir uma distância dessa. O sentimento é um sentimento de tristeza.

Repórter: Marcos, estudante de Design, espera em casa pelo fim da paralisação. Ele já sonhava com o diploma, mas foi obrigado a adiar os planos e o futuro.

Marcos (aluno): Eu fico bastante desmotivado. A gente perde um pouco de interesse, deixa de acreditar no ensino.

Repórter (ao vivo): Bom, o Ministério da Educação informou que acompanha com atenção o desenrolar da greve dos professores, que já elaborou a sua proposta e que junto com o Ministério do Planejamento está tentando marcar uma reunião com os grevistas. Bom, o nosso trabalho aqui em João Pessoa termina agora. Nosso avião já está pronto pra nos levar de volta ao Rio de Janeiro, mas o Jornal Nacional vai continuar acompanhando os desdobramentos dessa greve. Patrícia.

Ao longo da matéria, são apresentadas seis fontes: três estudantes, o presidente da Associação Professores da UFPB, uma professora e um cidadão. Quatro das seis sonoras apontam as consequências negativas devido à paralisação das atividades da universidade, sendo duas apresentadas no início e duas no final. Apesar da presença das falas acerca das questões salariais e das condições de trabalho, a reportagem concentra-se em ressaltar os prejuízos do movimento grevista na vida dos cidadãos que procuram atendimento médico no hospital universitário e, principalmente, na vida dos alunos, destacando-se a fala do estudante Hugo Yuri que afirma que "o estudante é quem fica mais prejudicado" nas brigas entre Governo e professor.

A disposição das sonoras na matéria e o dobro da frequência de um tipo de enquadramento interpretativo sobre o outro contribuem para a classificação dessa reportagem como plural-fechado.

4.2.4 Enquadramento plural-aberto

Em relação ao enquadramento plural-aberto, foram classificadas quatro reportagens que apresentam mais de um enquadramento interpretativo, mas sem que nenhuma interpretação seja privilegiada ou considerada superior à outra.

Para a análise, selecionamos uma reportagem do dia 20/07 que expõe a continuação da paralisação em virtude do resultado das assembleias dos docentes. A matéria explica a proposta oferecida pelo Governo, destacando os aumentos em porcentagem e os custos para os cofres públicos, e reforça a disposição do Poder Público que "aposta todas as fichas na mesa de negociação". Há uma contraposição entre os professores "de um lado" e o Governo "do outro", aludindo a um conflito entre os atores.

Patrícia Poeta: Um milhão de estudantes das universidades federais devem continuar sem aulas. O aumento proposto pelo Governo não agradou os professores que seguem em greve.

Repórter: Até agora, cada assembleia mais um voto pela rejeição da proposta do Governo. Das 59 universidades federais, 57 estão em greve há mais de dois meses. E, pelo menos, 23 decidiram continuar paradas. O Governo ofereceu reajustes que variam de 24 a 45%. Os percentuais são maiores para os professores com doutorado e dedicação exclusiva que representam 86% da categoria. Ao todo, o aumento soma quase 4 bilhões de reais a serem pagos ao longo dos próximos três anos. O clima aqui hoje na Esplanada é outro. As manifestações acabaram, o acampamento está sendo desmontado, mas a tranquilidade não é sinal de acordo. O Ministério da Educação aposta todas as fichas na mesa de negociação que tem reunião marcada pra segunda-feira. De um lado, vão estar os professores que querem um aumento maior, pago em menos tempo e sem as diferenças propostas de acordo com a graduação dos docentes.

Marinalva Oliveira (Presidente do ANDES-SN): O que nós queremos é que o Governo não imponha barreiras para aquilo que é um direito do trabalhador que é progredir na sua carreira.

Repórter: Do outro, o Governo que diz que a proposta garante um aumento real para os professores pelos próximos anos mesmo diante da crise internacional e que não abre mão de valorizar os professores pela graduação.

Aloízio Mercadante (MEC): Um esforço muito grande pra que a gente possa melhorar a carreira docente, mas estimular que ele se titule, que eles estudem, pesquisem pra melhorar a qualidade de ensino no Brasil.

Na reportagem, há um equilíbrio na utilização das fontes, propiciando espaços tanto para o Governo quanto para o sindicato, representados pelos principais atores de cada lado: o Ministro da Educação e a presidente do ANDES-SN. Assim, percebe-se que nenhuma interpretação sobressaiu-se sobre a outra.

CAPÍTULO 05 – Considerações finais

A pesquisa buscou analisar a cobertura jornalística sobre a greve dos docentes das Instituições Federais de Ensino, durante o ano de 2012, no *Jornal Nacional*. A pertinência do estudo fundamenta-se na capacidade de trazer à tona o modo como o principal telejornal brasileiro retratou uma das maiores greves protagonizadas pelos professores universitários, tanto em tempo de duração - contabilizando-se ao todo 124 dias paralisados - como também em adesões - alcançando quase a totalidade das instituições.

Para trilhar os percursos de análise deste objeto de pesquisa, adotamos como referencial teórico a perspectiva etnoconstrucionista dos estudos sobre jornalismo, a qual compreende as notícias como um processo de construção social da realidade, rejeitando, assim, a visão da notícia como um reflexo da realidade. Dentro desta perspectiva, o trabalho jornalístico situa-se num processo de produção de sentidos partilhados socialmente. Este processo é fruto de constantes negociações e interações entre os jornalistas, as fontes, a comunidade profissional, a sociedade.

A fim de evidenciar as interpretações presentes na cobertura do telejornal da Rede Globo, optamos pelo conceito de enquadramento para ser o fio condutor da análise das matérias, em especial o modelo das controvérsias interpretativas desenvolvido por Porto (2007). O modelo concentra-se em demonstrar os enquadramentos interpretativos nas matérias jornalísticas e reconhece o papel das fontes na promoção de interpretações específicas do fatos.

Para operacionalizar a análise de enquadramento, foi feita uma análise de conteúdo das 16 matérias selecionadas entre 17 de maio e 17 de setembro de 2012 que compõem a amostra da pesquisa. Partindo do modelo das controvérsias

interpretativas, a pesquisa centrou-se nos discursos apresentados pelas sonoras e classificamos as notícias a partir dos seguintes formatos: episódico, restrito, plural-aberto e plural fechado.

A partir dos resultados obtidos, vemos uma predominância das notícias com o formato episódico, constituindo-se a metade das matérias selecionadas. Porém o carácter descritivo, a não utilização de sonoras e a duração menor das matérias, em média de 29 segundos, não contribuem para o aparecimento de enquadramentos interpretativos. Em face disso, as notícias com esse tipo de enquadramento “tendem a não desempenhar um papel significativo no processo através do qual as pessoas fazem sentido da realidade” (PORTO, 2007, p.160).

Os enquadramentos do tipo “plural” aparecem em 7 reportagens, sendo 4 classificadas como “plural-aberto” e 3 como “plural-fechado”. Nas notícias com segmento “plural-aberto”, percebe-se um equilíbrio entre as fontes do Governo e do sindicato dos docentes. As notícias com formatos mais "plurais" e "abertos" proporcionam aos cidadãos acesso a mais de uma interpretação sobre os fatos. Na cobertura em questão, os discursos giravam em torno das três principais fontes utilizadas nas notícias: Governo, sindicato e alunos.

As matérias com os formatos “plural-fechado” e “restrito” representam 25% do total e possuem uma maior duração média em relação àquelas com segmento “plural-aberto”. Nessas reportagens, as fontes majoritariamente utilizadas são os estudantes, representando mais de 80% das sonoras. As fontes destacam, em suas falas, a perda de oportunidades de emprego, o atraso na formatura, a falta de continuidade do aprendizado. Assim, conclui-se que a preferência das reportagens em ouvir os alunos contribui para enfatizar os prejuízos causados pela paralisação à sociedade.

Ressalta-se também, principalmente a partir de julho com a apresentação das propostas elaboradas pelo Governo, a ênfase do telejornal nas iniciativas do Poder Público para encerrar com a greve. O destaque às propostas do Governo e aos prejuízos da paralisação para os estudantes colaboram para a construção de uma imagem negativa do movimento grevista.

Reconhece-se que os resultados alcançados nesta pesquisa não pretendem esgotar as possibilidades de análise do objeto em questão, mas em apresentar certos marcos interpretativos nesta cobertura. O presente estudo tem algumas limitações, as quais poderiam ser supridas em outras perspectivas de trabalho futuras como, por exemplo, o acompanhamento das rotinas produtivas, a análise comparativa da cobertura da greve em outros telejornais, a adoção de outros tipos de enquadramento.

Referências

BARDIN, L.. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constitui%C3%A7ao.htm>. Acesso em: 31 out de 2013.

BRASIL. Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007. Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - REUNI. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6096.htm>. Acesso em: 31 out de 2013.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm>. Acesso em: 31 out de 2013.

CAÔN, Giovana F.; FRIZZO, Heloisa C. F. Acesso, equidade e permanência no ensino superior: desafios para o processo de democratização no Brasil. **Vertentes** (UFSJ), v. 19, p. 2-15, 2011.

CARVALHO, Cristina H. A. de. **Política para o Ensino Superior no Brasil (1995-2006)**: ruptura e continuidade nas relações entre público e privado. In: 29ª Reunião Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPED), Rio de Janeiro, 2006.

CUNHA, Luiz Antonio. O ensino superior no octênio FHC. **Educação & Sociedade**, Campinas, v.24, n.82, p.37-61, 2003.

DURHAM, Eunice Ribeiro; SAMPAIO, Helena. O setor privado de ensino superior na América Latina. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n.110, p.7-37, 2000.

ENTMAN, R. Framing: Toward Clarification of a Fractured Paradigm. **Journal of Communication**, vol. 43, n. 4, p.51-58, 1993.

FÁVERO, Maria L. A.. **A universidade no Brasil: das origens à reforma de 1968**. Educar em revista, Curitiba, n.28, p.17-36, 2006.

FELTRIN, Ricardo. Com (muita) folga, Globo tem os 47 programas mais vistos de 2012. **UOL Notícias**. Disponível em: <http://noticias.uol.com.br/ooops/> . Acesso em 18 out 2013.

FRANCO, Maria Laura P. B.. **Análise de conteúdo**. Brasília: Líber livro Editora, 2008.

GLOBO. **Atlas de Cobertura**. Disponível em: <http://comercial2.redeglobo.com.br/atlasdecobertura/>. Acesso em: 18 out 2013.

GLOBO. **JN no AR**. Disponível em: <http://memoriaglobo.globo.com/programas/jornalismo/telejornais/jornal-nacional/jn-no-ar.htm>. Acesso em: 08 de nov 2013.

GUAZINA, L. **Alinhados com o Poder**: um estudo sobre a cobertura política do Jornal Nacional e do Jornal da Record (março-agosto/98). Dissertação (Mestrado em Comunicação), Programa de Pós-Graduação em Comunicação. Brasília, Universidade de Brasília, 2001.

INEP. **Censo da Educação Superior de 2002**. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Brasília, 2003.

INEP. **Censo da Educação Superior de 2010**. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Brasília, 2011.

INEP. **Censo da Educação Superior de 2011**. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Brasília, 2012.

INEP. **Evolução do ensino superior: 1980-1998**. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Brasília, 1999.

LAMY, S.. As ONGs na imprensa: As fontes não governamentais na imprensa diária. **Sur le journalisme, About journalism, Sobre Jornalismo**, Vol. 2, n. 1, p.42-51, 2013.

LIMA, Kátia R. R., PRADO, Francisca H. S., VIEIRA, Railane B. **Políticas Públicas de “democratização” da Educação Superior no Governo Lula: ENEM, PROUNI, REUNI. V Encontro Brasileiro de Educação e Marxismo**. Florianópolis, v.5, n.1, p.1-14, 2011.

MEC. **Análise sobre a Expansão das Universidades Federais 2003 a 2012**. Ministério da Educação. Brasília, 2012.

OLIVEN, A. C. Histórico da educação superior no Brasil. In: SOARES, M. S. A. (Org.). **A educação superior no Brasil**. Brasília: CAPES, 2002, p. 24-37.

PEREIRA, Fábio H.. A crise política brasileira nas páginas do Humanité. **Comunicação & Informação** (UFG), v. 9, p. 70-79, 2006.

PEREIRA, Thiago I.; SILVA, Luís Fernando S. C.. As políticas públicas do ensino superior no governo Lula: expansão ou democratização?. **Revista Debates** (UFRGS), v. 4, p.10-31, Porto Alegre, 2010.

PORTO, Mauro P.. Enquadramentos da Mídia e Política. **XXVI Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais – ANPOCS**, 26, Caxambu/MG, 2002.

PORTO, Mauro P.. **Televisão e Política no Brasil: A Rede Globo e as Interpretações da Audiência**. E-papers. Rio de Janeiro, 2007.

PROUNI. **Portal do Programa Universidade para Todos**. Disponível em: <http://prouniportal.mec.gov.br/>. Acesso em: 31 out de 2013.

SILVA, Alberto Carvalho. Alguns problemas do nosso ensino superior. **Revista Estudos Avançados**, v. 15, n. 42, p. 269-293, 2001.

SOARES, M. S. A. Os principais atores da educação superior no Brasil. In: SOARES, M. S. A. (Org.). **A educação superior no Brasil**. Brasília: CAPES, 2002, p.155-184.

TRAQUINA, Nelson. **O estudo do jornalismo no século XX**. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2001.

WOLF, Mauro. **Teorias da comunicação**. Lisboa: Presença, 1986.

Anexos

Anexo 01: Transcrições das matérias do *Jornal Nacional* entre maio e setembro de 2012.

Data de edição	22/05/2012
Duração	18s
Tipo	Nota
Transcrição	
ÂNCORA/PATRÍCIA POETA: A greve dos professores das universidades federais obteve hoje o apoio de 43 instituições. A paralisação começou na última quinta-feira. Os professores pedem reestruturação do plano de carreira e melhores condições de trabalho. Os grevistas devem se reunir na semana que vem com representantes dos Ministérios da Educação e do Planejamento.	

Data de edição	23/05/2012
Duração	2m
Tipo	Reportagem
Transcrição	
<p>ÂNCORA/WILLIAM BONNER: E a greve dos professores das universidades federais completou hoje uma semana. Ao todo, elas têm cerca de um milhão de alunos matriculados.</p> <p>REPÓRTER: Um grupo de estudantes montou acampamento no campus da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Na Universidade Federal de Uberlândia, no Triângulo Mineiro, a tarde foi de protesto. E alunos estudavam sozinhos hoje num dos prédios da Universidade Federal do Rio de Janeiro.</p> <p>FONTE/ANTONIO MARTINS (ALUNO UFRJ): <i>Eu concordo plenamente com o que eles estão fazendo. Claro que eu sou um aluno e queria ter aula, mas chegou um ponto que não tem muito o que fazer. A solução encontrada foi essa.</i></p> <p>FONTE/CAROLINA DUTRA (ALUNA UFRJ): <i>Eu não sou nenhum um pouquinho a favor, porque isso prejudica os alunos. A gente fica sem aula, a gente fica sem matéria.</i></p> <p>REPÓRTER: 44 das 97 instituições federais de ensino superior do país aderiram à greve que começou no dia 17 de maio. 1 milhão de estudantes podem ser afetados. Os professores querem aumento de salário e melhores condições de trabalho.</p> <p>FONTE/SONIA LÚCIA (VICE-PRESIDENTE ANDES): <i>O que nós precisamos aumentar o piso salarial que hoje é de 557 reais. Nós estamos trabalhando com falta de biblioteca, falta de laboratórios, falta de banheiros adequados e falta inclusive de papel higiênico. É gravíssima a situação.</i></p> <p>REPÓRTER: A greve não tem dia para acabar de acordo com o Comitê Organizador do Movimento aqui no Rio. A próxima etapa nas negociações com o governo deverá acontecer semana que vem em Brasília. O Ministro da Educação, Aloízio Mercadante, disse hoje que a paralisação foi precipitada.</p> <p>FONTE/ALOÍZIO MERCADANTE (MEC): <i>Eu não vejo porquê uma greve nesse momento neste cenário em que o Governo demonstra todo o seu compromisso para cumprir o acordo. Abre a negociação, temos tempo para negociar e temos uma greve deflagrada.</i></p> <p>ÂNCORA/WILLIAM BONNER: Uma correção. Nós dissemos a pouco que os professores da Universidade Federal do Rio Grande do Sul estão em greve. Mas, na verdade, os que estão em greve são os da Universidade Federal do Rio Grande, da cidade gaúcha de Rio Grande.</p>	

Data de edição	05/06/2012
Duração	1m42s
Tipo	Reportagem
Transcrição	
<p>ÂNCORA/PATRÍCIA POETA: Depois de mais uma reunião sem acordo com o Governo em Brasília, os professores de universidades federais decidiram manter a greve que já dura 19 dias em algumas instituições e uma passeata com apoio de alunos terminou em confusão.</p> <p>REPÓRTER: Tumulto na portaria do Ministério da Educação. Um policial tentou tirar a camisa do rosto de um estudante. Começou o empurra-empurra. PMs usaram gás de pimenta e cassetetes para dispersar os manifestantes que estavam ali para dar apoio aos professores em greve. Mais cedo em outro confronto, vidros do Ministério foram quebrados. Das 99 instituições de ensino federais, 51 estão em greve total ou parcial. Os grevistas querem a reestruturação da carreira de professor universitário, melhores condições de trabalho e reajuste salarial. Com relação aos salários, a negociação está sendo feita dentro das discussões sobre o reajuste de todos servidores federais, o que torna o processo de negociação muito mais complexo. O Sindicato dos Professores disse que a greve vai continuar.</p> <p>FONTE/MARINA BARBOSA (PRESIDENTE ANDES): <i>Esse é um processo que se arrasta em conversas com o Governo desde agosto de 2010. Nós temos uma proposta que torna a nossa carreira mais simples e mais favorável a um trabalho de qualidade, a valorização do nosso trabalho. E a melhoria das condições de trabalho.</i></p> <p>REPÓRTER: O Ministro da Educação disse que considera a greve precipitada.</p> <p>FONTE/ALOÍZIO MERCADANTE (MEC): <i>Não há na pauta das entidades docentes nenhum tema referente a este ano de 2012. Como é para a carreira de 2013, o prazo que nós temos para negociar é até final de agosto.</i></p>	

Data de edição	12/06/2012
Duração	31s
Tipo	Nota coberta
Transcrição	
<p>ÂNCORA/WILLIAM BONNER: Representantes de professores universitários em greve estão reunidos com o Secretário de Relações de Trabalho do Ministério do Planejamento, Sérgio Mendonça, e com o Secretário de Educação Superior do MEC, Amaro Lins. Os professores reivindicam melhores salários, reestruturação da carreira e melhoria nas condições de trabalho. 55 instituições de ensino superior estão em greve há mais de 25 dias. Funcionários da Universidade de Brasília, que aderiram ao movimento, protestaram em frente ao prédio do Hospital Universitário.</p>	

Data de edição	18/06/2012
Duração	19s
Tipo	Nota
Transcrição	
ÂNCORA/WILLIAM BONNER: Professores de 54 das 99 universidades federais brasileiras estão em greve, segundo o sindicato da categoria. O movimento começou a um mês. Os professores pedem reestruturação do plano de carreira e melhores condições de trabalho. A reunião do sindicato com o Governo que estava prevista para amanhã foi cancelada.	

Data de edição	19/06/2012
Duração	16s
Tipo	Nota
Transcrição	
ÂNCORA/WILLIAM BONNER: Professores da Universidade Federal de Minas Gerais entraram em greve hoje. 55 das 99 instituições federais de ensino paralisaram as atividades, segundo o sindicato da categoria. Os professores pedem reestruturação do plano de carreira e melhores condições de trabalho.	

Data de edição	22/06/2012
Duração	2m 6s
Tipo	Reportagem
Transcrição	
<p>ÂNCORA/WILLIAM BONNER: Aqui no Brasil, estudantes de universidades e de instituições federais em greve estão preocupados com a possibilidade de atraso na formatura.</p> <p>REPÓRTER: Geylson está terminando o curso de Comunicação Social na Universidade Federal do Maranhão.</p> <p>FONTE/GEYLSO PAIVA (ALUNO UFMARANHÃO): <i>Passei num concurso público e tô com a monografia pronta para apresentar e conseguir o meu diploma, mas até agora não pude apresentar por causa da greve.</i></p> <p>REPÓRTER: Das 99 universidades e instituições federais de ensino superior do país, 57 estão em greve, segundo o sindicato dos professores. As três universidades federais do estado de São Paulo estão paradas. Na Universidade Federal da Bahia, a paralisação foi iniciado no dia 6 de junho. Em Pernambuco, quase 60 mil alunos de treze instituições federais estão sem aula. Olavo é estudante de engenharia do CEFET em Belo Horizonte. Está sem aula desde maio.</p> <p>FONTE/OLAVO AMORIM (ALUNO CEFET BH): <i>Eu consegui uma bolsa de incentivo no exterior. Estou viajando para Alemanha na semana que vem e como estou sem aula eu vou perder o semestre.</i></p> <p>REPÓRTER: Minas Gerais é o estado com o maior número de instituições federais em greve. A UFMG foi a última a aderir o movimento. Em assembleia realizada hoje, os professores decidiram manter a paralisação por tempo indeterminado.</p> <p>FONTE/MARINA BARBOSA (SECRETÁRIA ANDES): <i>O que a gente verificou até agora é que não há uma proposta efetiva do Governo que possa fazer com que o movimento se debruce sobre ela, avalie e pondere em relação às suas reivindicações.</i></p> <p>REPÓRTER: Na Universidade Federal de Minas Gerais, nem todos os professores aderiram ao movimento, mas a greve mesmo parcial preocupa os estudantes. Rui iria se formar em Veterinária neste semestre.</p> <p>FONTE/RUI PITÁGORAS (ESTUDANTE UFMG): <i>A gente não vai poder estagiar porque tecnicamente já concluiu o curso. A gente não vai poder trabalhar porque a gente não vai ter a carteira do trabalho, o CRMV. Então, é muito triste.</i></p> <p>ÂNCORA/WILLIAM BONNER: O Ministério da Educação declarou que, na semana que vem, vai apresentar um plano de carreira aos servidores.</p>	

Data de edição	28/06/2012
Duração	1m 10s
Tipo	JN no AR - Ao Vivo
Transcrição	
<p>ÂNCORA/WILLIAM BONNER: O avião do JN no AR vai decolar essa noite do Rio de Janeiro e a repórter Mônica Teixeira conta qual é o destino da equipe dessa vez, Mônica. Boa noite.</p> <p>ÂNCORA/PATRÍCIA POETA: Boa noite.</p> <p>REPÓRTER: Boa noite, Bonner. Boa noite, Patrícia. Daqui a pouco, nós vamos embarcar rumo à Paraíba e, depois de duas horas e quarenta minutos de voo, nós vamos pousar na capital do estado, João Pessoa. E o que nós vamos mostrar em João Pessoa é uma situação que está se repetindo em vários estados do país: a greve dos professores das universidades federais. Das 59 universidades federais do Brasil, 56 aderiram a paralisação. A Universidade Federal da Paraíba foi uma das primeiras a entrar em greve e é a que tem o maior número de alunos afetados. São quase 40 mil. Amanhã nós vamos mostrar como essa paralisação está mexendo com a vida dos estudantes numa reportagem que vai contar com o apoio da TV Cabo Branco, afiliada da Rede Globo na Paraíba. Patrícia.</p> <p>ÂNCORA/PATRÍCIA POETA: Obrigada, Mônica. Bom trabalho pra vocês.</p> <p>ÂNCORA/WILLIAM BONNER: Boa viagem.</p>	

Data de edição	29/06/2012
Duração	4m 44s
Tipo	JN no AR - Reportagem
Transcrição	
<p>ÂNCORA/WILLIAM BONNER: A equipe do JN no AR foi para João Pessoa mostrar a situação na Universidade Federal da Paraíba onde professores estão em greve desde o dia 17 de maio. A repórter Mônica Teixeira mostra qual é a situação por lá. Boa noite, Mônica.</p> <p>REPÓRTER/MÔNICA TEIXEIRA (AO VIVO): Boa noite, Bonner. Nós encontramos no campus da Universidade Federal da Paraíba professores parados há mais de 40 dias, alunos sem saber se vão ou não perder o semestre, além de uma universidade com condições precárias de funcionamento. A Universidade Federal da Paraíba é uma das 56 universidades federais do país que estão em greve, mas é a que tem o maior número de alunos afetados. Vamos ver agora a reportagem que nós fizemos com apoio da TV Cabo Branco afiliada da Rede Globo aqui na Paraíba.</p> <p>REPÓRTER/MÔNICA TEIXEIRA: Decolamos do Rio de Janeiro para uma viagem de 1980km até João Pessoa. E hoje bem cedo nossa equipe já estava no campus da universidade. Agora são 7 e meia da manhã e normalmente este seria um horário de muito movimento aqui no campus. Seria a hora da chegada dos alunos e professores, mas hoje a situação que nós encontramos aqui é essa: uma universidade completamente vazia. Vagas de sobra no estacionamento. Corredores, salas de aula, tudo deserto. Em alguns prédios, a gente nem consegue entrar. Este é o prédio de Ciências Humanas, Letras e Artes e olha só: porta fechada. O atraso no calendário escolar já preocupa os alunos. Stuart terminaria o curso de Administração no fim do ano e já se preparava para fazer um concurso.</p> <p>FONTE/STUART BARBOSA (ALUNO UFPB): <i>Se eu passar em algum concurso, eu não vou ter como comprovar minha experiência, meu diploma tá aí, porque a greve vai atrasar com tudo isso.</i></p> <p>REPÓRTER/MÔNICA TEIXEIRA: No campus da Universidade em Rio Tinto, no interior do estado, também vazio, a apreensão é a mesma.</p> <p>FONTE/HUGO YURI (ALUNO UFPB): <i>Teve gente que perdeu oportunidade de trabalho, porque fica a briga entre professor e Governo, funcionário e Governo. E o estudante é quem fica mais prejudicado.</i></p> <p>REPÓRTER/MÔNICA TEIXEIRA: A Universidade Federal da Paraíba foi uma das primeiras a entrar na greve que conta com a adesão de 56 universidades federais no país. Aqui quase 40 mil alunos estão sem aula desde o dia 17 de maio. Segundo o Comando de Greve, 95% dos professores estão parados. A principal reivindicação é a reestruturação do plano de carreira. Os professores dizem que é muito difícil chegar ao topo no modelo atual, considerado injusto. Eles querem também que as</p>	

gratificações sejam incorporadas ao salário. Em maio, o Governo aceitou acrescentar uma única gratificação e não houve acordo.

FONTE/RICARDO LUCENA (PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO PROFESSORES UFPB): *O vencimento básico até o mês passado do professor em início de carreira é de 557 reais com gratificações diversas. A gente quer acabar com essas gratificações e transformar o vencimento básico em uma única linha possível. A greve é para qualificar, melhorar o serviço da universidade pública e isso não é prejuízo para ninguém. É benefício para a sociedade.*

REPÓRTER/MÔNICA TEIXEIRA: Melhorar o serviço aqui é um desafio. Os docentes reclamam das condições de trabalho. Encontramos goteiras na biblioteca e equipamentos básicos de laboratório deteriorados.

FONTE/MARIA GABRIELA CAVALCANTE (PROFESSORA): *Os microscópios eles não funcionam. De 21 microscópios que a gente tem na disciplina, só temos dois funcionando.*

REPÓRTER/MÔNICA TEIXEIRA: A biblioteca central da universidade também parou de funcionar. É que, além dos professores, os servidores daqui da Universidade Federal da Paraíba também entraram em greve. Aqui dentro, olha só, não tem nenhum funcionário. No Hospital Universitário, 4 mil atendimentos deixam de ser feitos diariamente. Elisângela e Severino viajaram uma hora e meia pra trazer a filha a uma consulta e tiveram que voltar pra casa sem ver o médico.

FONTE/SEVERINO DO RAMO: *Criança acordou hoje quatro horas da manhã e, pra vir uma distância dessa... o sentimento é um sentimento de tristeza.*

REPÓRTER/MÔNICA TEIXEIRA: Marcos, estudante de Design, espera em casa pelo fim da paralisação. Ele já sonhava com o diploma, mas foi obrigado a adiar os planos e o futuro.

FONTE/MARCOS (ALUNO): *Eu fico bastante desmotivado. A gente perde um pouco de interesse, deixa de acreditar no ensino.*

REPÓRTER/MÔNICA TEIXEIRA: Bom, o Ministério da Educação informou que acompanha com atenção o desenrolar da greve dos professores, que já elaborou a sua proposta e que junto com o Ministério do Planejamento está tentando marcar uma reunião com os grevistas. Bom, o nosso trabalho aqui em João Pessoa termina agora. Nosso avião já está pronto pra nos levar de volta ao Rio de Janeiro, mas o Jornal Nacional vai continuar acompanhando os desdobramentos dessa greve. Patrícia.

Data de edição	13/07/2012
Duração	1m 55s
Tipo	Reportagem
Transcrição	
<p>ÂNCORA/WILLIAM BONNER: O Governo apresentou hoje uma proposta de reajuste pra tentar pôr fim a greve de quase 2 meses dos professores das universidades federais.</p> <p>REPÓRTER: Os Ministros do Planejamento e da Educação explicaram a proposta. O maior aumento é para os professores com doutorado e dedicação exclusiva que representam 86% da categoria. Para eles, os reajustes variam de 24 a 45%. O menor salário seria de 8 mil reais e o maior no topo da carreira seria de 17 mil. Para quem tem mestrado, o menor salário seria de 5 mil e 600 reais. E O maior, 7 mil reais. Cerca de mil professores que trabalham em regime de 20 horas semanais vão ter um reajuste menor de 12%.</p> <p>FONTE/ALOÍZIO MERCADANTE (MEC): <i>O grosso dos docentes são doutores. Os que não são deverão ser. E esse é o recado da carreira. Continue estudando, continue se formando que a progressão será importante na sua formação, no seu salário e para a universidade e para os estudantes.</i></p> <p>REPÓRTER: O aumento vai custar 3 bilhões e 900 milhões de reais que serão pagos de forma parcelada ao longo de 3 anos. Do total do reajuste, 40% serão pagos no ano que vem, 30% em 2014 e 30% em 2015. A proposta é uma tentativa de acabar com a greve nas universidades e institutos federais de educação que já dura 57 dias. Um milhão de alunos estão sem aulas. O comando de greve vai avaliar a proposta, mas adiantou que não concorda com alguns pontos.</p> <p>FONTE/ MARINALVA OLIVEIRA (PRESIDENTE ANDES): <i>É uma proposta que atinge poucos professores e que atinge mais quem tá no topo da carreira, ou seja, quem está na base já tem uma dificuldade aí.</i></p>	

Data de edição	17/07/2012
Duração	31s
Tipo	Nota coberta
Transcrição	
<p>ÂNCORA/PATRÍCIA POETA: Servidores públicos federais em greve estão acampados na Esplanada dos Ministérios. Eles querem reajuste salarial e melhores condições de trabalho. Estudantes e professores universitários em greve há dois meses também participam da manifestação. Reitores de 42 universidades federais se reuniram com o Ministro da Educação, Aloízio Mercadante, pra discutir a proposta do Governo de aumento salarial anunciada na semana passada. Até sexta-feira em assembleias em cada estado, os professores decidirão se aceitam o reajuste proposto.</p>	

Data de edição	20/07/2012
Duração	1m 35s
Tipo	Reportagem
Transcrição	
<p>ÂNCORA/PATRÍCIA POETA: Um milhão de estudantes das universidades federais devem continuar sem aulas. O aumento proposto pelo Governo não agradou os professores que seguem em greve.</p> <p>REPÓRTER: Até agora, cada assembléia mais um voto pela rejeição da proposta do Governo. Das 59 universidades federais, 57 estão em greve há mais de dois meses. E, pelo menos, 23 decidiram continuar paradas. O Governo ofereceu reajustes que variam de 24 a 45%. Os percentuais são maiores para os professores com doutorado e dedicação exclusiva que representam 86% da categoria. Ao todo, o aumento soma quase 4 bilhões de reais a serem pagos ao longo dos próximos três anos. O clima aqui hoje na Esplanada é outro. As manifestações acabaram, o acampamento está sendo desmontado, mas a tranquilidade não é sinal de acordo. O Ministério da Educação aposta todas as fichas na mesa de negociação que tem reunião marcada pra segunda-feira. De um lado, vão estar os professores que querem um aumento maior, pago em menos tempo e sem as diferenças propostas de acordo com a graduação dos docentes.</p> <p>FONTE/ MARINALVA OLIVEIRA (PRESIDENTE ANDES): <i>O que nós queremos é que o Governo não imponha barreiras para aquilo que é um direito do trabalhador que é progredir na sua carreira.</i></p> <p>REPÓRTER: Do outro, o Governo que diz que a proposta garante um aumento real para os professores pelos próximos anos mesmo diante da crise internacional e que não abre mão de valorizar os professores pela graduação.</p> <p>FONTE/ALOÍZIO MERCADANTE (MEC): <i>Um esforço muito grande pra que a gente possa melhorar a carreira docente, mas estimular que ele se titule, que eles estudem, pesquem pra melhorar a qualidade de ensino no Brasil.</i></p>	

Data de edição	24/07/2012
Duração	2m 15s
Tipo	Reportagem
Transcrição	
<p>ÂNCORA/WILLIAM BONNER: O Governo apresentou hoje uma nova proposta de reajuste salarial para os professores das universidades federais que estão em greve há 69 dias.</p> <p>REPÓRTER: No Pará, em Minas, no Distrito Federal, a paralisação está estampada nos cartazes. Em pouco mais de dois meses, a greve já produziu alguns números: 57 universidades paradas, um milhão de alunos sem aula e 12 mil que podem perder bolsas de estudo no exterior. Agora existem outros prejuízos que não aparecem ali e que só os alunos podem contar. O que significa na vida deles uma sala de aula vazia como esta aqui?</p> <p>FONTE/ NÃO IDENTIFICADA (ALUNA): <i>Eu acho que muita coisa que eu tava aprendendo eu já fui esquecendo.</i></p> <p>FONTE/LEONARDO BARBOSA (ALUNO UFPA): <i>A gente atrasa o nosso curso. A gente acaba se formando num período mais longo de tempo, né?</i></p> <p>REPÓRTER: É a quarta greve que Evelyn encara. Ao longo do curso, muitos projetos já foram por água abaixo. E desta vez ela perdeu a chance de um intercâmbio numa universidade fora do país.</p> <p>FONTE/EVELYN BERNARDES (ALUNA UNB): <i>Você não pode planejar a sua vida e não poder planejar a sua vida é... ainda mais nessa área de estudo que é a mais importante. Então, é horrível.</i></p> <p>REPÓRTER: Enquanto isso, em mais uma rodada de negociação, o Governo cedeu e apresentou hoje aos professores uma segunda proposta. O aumento mínimo para a categoria que na primeira era de 12% passou pra 25%. O maior continua sendo de 45% pra quem tem dedicação exclusiva e doutorado. Está mantido o pagamento em 3 anos, mas as parcelas serão antecipadas. De julho para março de 2013, 14 e 15. O custo pro Governo que era de 3 bilhões e 900 milhões de reais subiu pra quase 4 e 200. E o Governo também abriu mão de questões polêmicas como o aumento do tempo do professor em sala de aula que agora vai ser discutido por um grupo de trabalho.</p> <p>FONTE/ALOÍZIO MERCADANTE (MEC): <i>Eu acredito que com essa proposta daremos um passo decisivo para encerrar a greve a partir de agosto.</i></p> <p>REPÓRTER: Dos três sindicatos que participaram da reunião, um apoiou a proposta do Governo e agora vai ouvir os professores nos estados.</p>	

FONTE/EDUARDO ROLIM DE OLIVEIRA (PRESIDENTE PROIFES): O PROIFES *tinha feito uma colocação pro Governo de 15 pontos que nós julgávamos que eram essenciais pra poder avançar no diálogo. Pela análise rápida que a gente teve tempo de fazer o Governo atendeu todos os 15 pontos que nós colocamos.*

Data de edição	26/07/2012
Duração	13s
Tipo	Nota
Transcrição	
ÂNCORA/PATRÍCIA POETA: A greve dos professores das universidades federais provocou atrasos no calendário do próximo semestre. Hoje 33 universidades anunciaram adiamento das matrículas. A lista completa você encontra na página do Jornal Nacional na internet.	

Data de edição	17/08/2012
Duração	34s
Tipo	Nota
Transcrição	
<p>ÂNCORA/WILLIAM BONNER: Funcionários de oito universidades e de institutos federais de educação decidiram suspender a greve. Em quatro instituições, as aulas serão retomadas em apenas algumas unidades. De acordo com o Ministério da Educação, as negociações com os sindicatos dos docentes estão encerradas. O Ministério informou ainda que os professores terão que trabalhar em dezembro, em janeiro e em alguns casos também em fevereiro pra repor as aulas. De acordo com o Sindicato Nacional dos docentes das instituições de ensino superior, 54 universidades estão em greve no país.</p> <p>(Aparece quadro ao lado de Bonner: "Instituições que encerraram a greve: UnB, UFRGS, UFCSPA, UFSCar, UNIFESP, UFSC, IFPR, IFAC. Fonte: MEC")</p>	

Data de edição	17/09/2012
Duração	1m 57s
Tipo	Reportagem
Transcrição	
<p>ÂNCORA/WILLIAM BONNER: Depois de quatro meses, o sindicato nacional dos docentes e das instituições de ensino superior decidiu encerrar a greve. Agora o desafio é repor as aulas perdidas.</p> <p>REPÓRTER: O Conselho da Universidade Federal do Paraná passou o dia reunido para definir o calendário.</p> <p>FONTE/ALUNA: <i>A gente quer concluir o curso, quer continuar a faculdade, mas tá difícil.</i></p> <p>REPÓRTER: Na Universidade Federal de Santa Maria, no Rio Grande do Sul, o ano letivo só deve terminar em fevereiro do ano que vem. As aulas também voltaram na UFMG. No Recife, estudantes reclamaram do curto tempo para repor as aulas.</p> <p>FONTE/ALUNO: <i>4 disciplinas em um mês e meio. Acho que vai ser quase impossível.</i></p> <p>REPÓRTER: As paralisações começaram em maio e atingiram 57 das 59 universidades e instituições federais de ensino. No fim de agosto, o Governo mandou para o Congresso um projeto com reajustes salariais de 25 a 40% até 2015. O sindicato não aceitou a proposta. Só agora decidiu encerrar a greve.</p> <p>FONTE/LUIZ HENRIQUE SCHUCH (VICE-PRESIDENTE ANDES): <i>O movimento entendeu que será preciso utilizar outras ferramentas de pressão e outros espaços pra abertura de negociação com o Governo Federal sobre o tema.</i></p> <p>REPÓRTER: Aqui na Universidade Federal do Rio de Janeiro, a reposição das aulas que ficaram faltando no primeiro semestre já começou. No mês que vem, terá início o segundo semestre que vai até março de 2013. O tempo das férias foi reduzido a metade: o descanso de dois meses ou mais só a partir de 2014.</p> <p>FONTE/GISELA PEREIRA (SUPERINTENDENTE DE GRADUAÇÃO UFRJ): <i>Nós poderemos utilizar os sábados. Nós podemos utilizar duas horas por dia a mais. Realmente acreditamos que conseguimos contemplar todo o período perdido durante a greve.</i></p> <p>FONTE/ALUNO: <i>Isso provavelmente vai ser bem cansativo.</i></p> <p>FONTE/PEDRO MORENO (ALUNO UFRJ): <i>Estão enfiando goela a baixo dos estudantes em cinco semanas três meses de conteúdo e dando prova. E eu acho que</i></p>	

o ano está ficando com nós alunos.

ÂNCORA/WILLIAM BONNER: As universidades federais terão que apresentar ao MEC um plano de reposição das aulas perdidas.